

SESSÕES DO PLENÁRIO

79ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de setembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um requerimento sobre a mesa. (Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:*

Mensagem nº 5.095/2017, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 21.563/2015 e o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo.”

Os deputados que aprovam...

O Sr. Targino Machado:- V.Exª...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já fiz a conferência. Foi a primeira coisa que eu fiz. E Carlinhos, secretário da Mesa, também já havia feito. Ele poderia ter tido alguma recaída, mas eu mesmo fiz e, realmente, constam 23 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):-Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/08/2017.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 23/08/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra a primeira oradora inscrita, pelo tempo de 5 minutos, nossa querida amiga deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, saudando a todos os deputados, quero inicialmente comprometer-me com a pauta dizendo não à privatização da CHESF, (Palmas) saudando o deputado Zó. A CHESF é um patrimônio do Nordeste, e não temos no Congresso Nacional ninguém que tenha legitimidade e coerência para defender qualquer projeto que seja, que dirá a privatização de um importante patrimônio que é estruturante.

Mas o que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, é para fazer uma moção, deputado Angelo Almeida, de repúdio à liminar do juiz de Brasília que concedeu aos psicólogos a possibilidade de fazer uma terapia de reversão sexual, a chamada cura gay.

Porque, deputada Maria del Carmen, não há nenhum embasamento científico. A homossexualidade ou o direito à livre orientação sexual é garantido e, desde 1990, a Organização Mundial de Saúde não reconhece a homossexualidade como doença.

A resolução do Conselho Federal de Psicologia, com quem me solidarizo, simplesmente teve impactos positivos na violação dos direitos humanos, no combate à discriminação, porque ao permitir a dita “cura gay”, que não tem nenhum embasamento científico na comunidade internacional, o Conselho Federal de Psicologia baixou uma resolução impedindo esses tratamentos, essas terapias de reversão sexual que não existem, porque não estão embasadas cientificamente. Fora isso, a OMS já banuiu a homossexualidade como doença. O que vemos, pensem nos absurdos, não é só na Bahia que acontecem, não, é no Brasil. Um prato cheio de conservadorismo, fundamentalismo, que certamente só vai aumentar a discriminação, violando direitos adquiridos, colocando para a sociedade terapias que não existem! Isso é charlatanismo, deputado Zé Raimundo! Quando um juiz, em Brasília, dá uma

liminar concedendo a possibilidade de terapia de reversão sexual, que não existe, é um desserviço! E a sua justificativa é para garantir a plena liberdade científica. Ora, se não há embasamento científico, se não há terapia de reversão sexual, garantir liberdade de quê?

Lembra-me a época dos nazistas que faziam terapias pela dita “liberdade da guerra”, mas não em pleno século XXI. Depois de 1990, a OMS banuiu a homossexualidade como doença. Simplesmente a resolução do Conselho Federal de Psicologia ser cassada por uma ação popular, a partir de uma liminar concedida, é um retrocesso, é uma brecha perigosa, é um prato cheio para continuarmos na onda de conservadorismo. Quero dizer a todos que aqui estão que a luta por direitos humanos, para garantir a tolerância religiosa, a diversidade, é uma luta civilizatória. Ela pertence a todos, porque as opções individuais têm que ser respeitadas.

Então, fica aqui o nosso repúdio e o nosso apelo para que os movimentos da comunidade LGBT, deputado Adolfo, rechacem essa liminar que não pode contaminar o País inteiro. O País inteiro, hoje, repudia esse retrocesso. Terapia de reversão sexual, deputado Targino, V.Ex^a que é médico sabe que não existe na comunidade científica e, portanto, não pode ser defendida com nenhuma justificativa. Isso é um retrocesso, é uma violação de direitos e vai retomar preconceitos que foram banidos. O impacto é negativo! E uma coisa que não é embasada cientificamente não pode ter um tratamento liberado no Brasil em pleno século XXI.

Portanto, fica aqui o nosso repúdio ao retrocesso dessa liminar; a nossa solidariedade à resolução do Conselho Federal de Psicologia que está aí há anos; e o nosso convite aos movimentos organizados para que façamos essas moções de repúdio para que caia essa liminar, permitindo que, no Brasil, só exista tratamento para doença, pois a homossexualidade, a orientação sexual não é doença, é uma decisão muito particular que deve ser respeitada por todos, aqueles que são da comunidade LGBT e aqueles que a ela não pertencem. Porque esta Casa é para defender a Constituição, defender direitos dos iguais perante a lei, mas também direitos e o respeito às diferenças.

Então, moção de repúdio por essa liminar que é um retrocesso e só vai inspirar mais violência, mais mortes, mais retrocesso e mais preconceito. Não podemos nos calarmos diante de tal coisa.

Com a sua vênua, Sr. Presidente, quero 3 segundos para dizer que hoje, pela primeira vez, recebemos a primeira ata da Comissão de Educação em braile, a nosso pedido. Num movimento que estamos fazendo em prol da sensibilidade, temos a informação dos nossos trabalhos em braile.

Agradeço e convido para uma sessão especial no dia 21, Dia Nacional da Luta das Pessoa com Deficiência, promovida por mim e pelo deputado Angelo Almeida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna hoje e começo afirmando, através de um documentário fotográfico que recebi, algumas filmagens e alguns vídeos, que a Delegacia de Amélia Rodrigues está um verdadeiro lixo. Nessa delegacia, que se encontra em péssimo estado de funcionamento – com sanitários interditados, cadeiras quebradas, pátio cheio de mato, veículos apreendidos sendo criadouros do mosquito da dengue, carceragem com grades soltas, infiltração e mofo nas salas –, até hoje não tem sequer uma placa identificando que é um complexo policial. Existem apenas seis policiais civis que se revezam no esquema de 24 por 72. Não tem escrivão, então não tem condição de lavrar flagrante. Para fazer um flagrante tem que se deslocar 40, 50 quilômetros até a sede da cidade de Santo Amaro.

Há apenas um delegado. A delegacia não possui viatura despadronizada, ou seja, a polícia civil tem que rodar numa viatura para fazer serviço de inteligência, só que muitas vezes precisa do anonimato. As viaturas de lá estão ruins e ainda são padronizadas. Faltam coletes balísticos para todos os policiais. Essa é a realidade na Delegacia de Polícia de Amélia Rodrigues, e não é diferente na maioria das delegacias da Bahia.

Quero dizer a todos, a cada um dos Srs. Deputados e àqueles que nos assistem através da *TV Assembleia* que para sair de uma situação como a que nos encontramos, não poderá ser sem dor, sem luta, sem sacrifício ou sem o ranger dos dentes. Precisamos dar sinais de que estamos dispostos a mudar esta situação, precisamos vencer a corrupção, que dilacera as nossas entranhas, que avilta a educação, que compromete a saúde pública e nos leva a um estado de guerra civil, pela incapacidade de o Estado adotar políticas de segurança pública eficientes. Mas não sou pessimista, nós vamos vencer, pois a necessidade é a mãe de todas as coisas, e a nossa necessidade, ao final, falará bem mais alto.

Haverá de chegar o dia em que até mesmo aqueles que se omitiram e, pela sua omissão, viraram as costas para a Nação, para o País, até eles se unirão a nós outros para combater o inimigo comum de todos nós, que são aqueles que nos afrontam com tanta corrupção, com tantos roubos e com tanta ineficiência.

Caros Srs. Deputados, não vou desistir. Não desistam dos seus ideais, do que é certo e necessário fazer. Vamos continuar até conseguirmos a vitória. Vou continuar na luta, brigando, denunciando desta tribuna, contrariando a tantos que se sentem contrariados porque não estão preparados para o contraditório. Vou continuar na luta, não vou desistir do que é certo, das minhas ideias e dos meus ideais.

Quero aqui, Sr. Presidente, com a vossa tolerância, me associar à luta daqueles que estão nas Galerias, pois esta luta não é deles (palmas), é uma luta nossa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, trago a esta tribuna uma preocupação em relação ao que está acontecendo nas fazendas do Recôncavo baiano. Há pouco eu falava com o representante de uma comissão de fazendeiros, o pecuarista José Falcão Júnior, que fez relatos dramáticos da situação que eles estão vivendo.

Aproximadamente vinte fazendas foram assaltadas nos últimos dias. Em cidades como Candeias, São Francisco do Conde, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, municípios que estão no entorno de Feira de Santana, algumas fazendas, como a Dom João, a Cinco Rios, a Guaíba, a Santa Cruz e outras, estão sendo roubadas. Na noite passada mesmo teve um roubo. E isso acontece, praticamente todos os dias, também nas fazendas que estão às margens da BR-324.

Os delegados de Candeias, Santo Amaro e São Francisco do Conde já foram contatados, mas até agora nada de concreto aconteceu, nada foi feito. E aqui eu quero prestar a minha solidariedade a esses pecuaristas e também solicitar à Secretária da Segurança Pública que volte as suas atenções para esses roubos de gado que acontecem na região de Feira de Santana, que acontecem nas fazendas do Recôncavo baiano. O Recôncavo virou terra sem lei, onde manda quem pode. E quem pode mandar é quem tem a arma, é quem invade, é quem detrata, é quem ameaça, é quem expulsa o fazendeiro de suas terras.

Senhores e senhoras, quero trazer também outro tema, dessa feita da cidade de Rodelas. Apenas este ano oito pessoas foram assassinadas naquele município, que tem uma população estimada em menos de 10 mil habitantes, segundo IBGE, e é conhecido como a terra do coco verde. Três assassinatos aconteceram lá de 26 de agosto a 2 de setembro. Para Salvador, Feira de Santana e outras grandes cidades isso não é nada, mas para Rodelas é muito. E todos esses crimes com características de execução, o que estaria relacionado ao tráfico de drogas.

Os crimes colocam Rodelas entre os municípios mais violentos do País, com taxa de 85 homicídios dolosos para cada grupo de 100 mil habitantes. E não se tem notícia de que os assassinos estão sendo perseguidos, investigados ou que foram presos. O que pode ser feito é aqui cobrar providências, é reivindicar, pois a população está assustada. Amigos nossos que vieram recentemente daquela cidade trouxeram esse quadro lastimável. Rodelas é a terra onde por um período morou o ator Wagner Moura – os seus pais, José Moura e Alderiva, são rodelenses, como também o jogador Victor Ramos, daquele caso emblemático envolvendo o Vitória e o Internacional.

Eu quero terminar a minha fala dizendo a todos que nos visitam, a todos esses homens e mulheres que estão nessa luta, que o governo do Estado precisa aumentar o número de vagas no concurso da Polícia Militar, já que é uma quantidade insuficiente para atender a demanda. Em Feira de Santana, ontem, um grupo de homens e mulheres tentou falar com o governador Rui Costa, buscando que ele entenda que é necessário, no mínimo, dobrar o número de vagas nesse edital para que a Bahia possa ter mais policiais militares defendendo a sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o próximo orador, pastor Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR:- Meu querido amigo presidente Sandro Régis, demais deputados e deputadas presentes, pessoal que está ali nas Galerias lutando pela CHESF, tive recentemente naquela região do Sobradinho acompanhando nosso amigo deputado Zó, Deus abençoe vocês, quero me unir nessa luta de vocês.

Mas gostaria, Srs. Deputados, pessoal da imprensa, de chamar a atenção de todos para uma matéria veiculada na revista *Veja* desta semana – até bati um papo com meu amigo deputado Bira Corôa sobre essa matéria –, que diz o seguinte: *A vitória das trevas*.

Aí os senhores encontram o absurdo que aconteceu lá na cidade de Porto Alegre, onde o banco Santander sediou, no seu espaço cultural, a exposição *Queermuseu*, na qual foram expostas cerca de 270 obras promovendo a pedofilia, a pornografia e os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar. Trata-se de um projeto, desenvolvido com o apoio de uma lei de incentivo cultural do Ministério da Cultura, portanto, do governo federal, que chamo de pseudoarte patrocinada com dinheiro de quem trabalha.

Não se trata apenas, deputado Sandro Régis, de uma ofensa ao segmento evangélico nem de desrespeito a qualquer religião. É uma afronta consciente e deliberada à fé cristã, é uma ofensa aos animais, é uma agressão às crianças e é um crime contra o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tudo isso com os nossos recursos, com patrocínio do governo através da Lei Rouanet. Pasmem, senhores, o banco Santander até hoje não fez um pedido público de desculpas por causa dessa ofensa que fez. Inclusive, estão na revista *Veja* as fotos que tratam desse assunto, nas páginas 74, 75 e 76.

Isso é um crime, é uma ofensa! Parece que os responsáveis não esqueceram de ninguém em sua ofensa. Comentava ali com o deputado Bira Corôa que até os negros – e volto a dizer, estou defendendo essa bandeira não apenas por ser evangélico – também aparecem nessas imagens pornográficas. Tenho vergonha de descrever as aberrações naquelas obras expostas, são vergonhosas demais.

Quero deixar aqui a minha indignação com o banco Santander e com todos os envolvidos nessa postura criminoso. Na qualidade de servo de Deus, fui levantado a clamar contra toda a espécie de mal em nossa sociedade. Então jamais calaria a minha voz diante de tal vilipêndio à fé cristã.

Em meu nome e em nome das famílias brasileiras, inclusive da Convenção que represento aqui, quero registrar com veemência o meu repúdio ao Banco Santander e a essa mostra.

Ouvi o discurso da minha amiga deputada Fabíola Mansur, tive a oportunidade de viajarmos juntos para o congresso em Foz do Iguaçu, tivemos a oportunidade de

sempre bater papos saudáveis. Não quero de forma nenhuma, deputada, discordar do discurso da senhora. Tenho certeza também que a senhora é sempre uma defensora do que acredita, das pessoas que confiaram e a colocaram como representante, mas não podemos aceitar o que o Banco Santander tem feito, ofendendo as nossas crianças, fazendo a prática, inclusive, de sexo animal e pedofilia. Eu estava junto ao deputado Bira Coroa, nós que somos representantes por sermos negros, também pela forma com que os negros foram agredidos.

Fica a minha nota de repúdio ao Banco Santander. Espero que o banco de fato faça o ressarcimento do recurso adquirido, mais de 800 mil reais, para essa exposição, baseada na Lei Rouanet, que ele faça a devolução desse recurso ao governo federal e faça uma nota pública pedindo desculpas a todos os brasileiros por tal aberração.

São essas as minhas palavras.

Muito obrigado, deputado Sandro Régis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O.K., deputado Alex Lima.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, faço essa questão de ordem justamente para que possamos restabelecer a ordem nesta sessão. Esta Casa é a Casa das leis, portanto, devemos andar exatamente como determina...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Gostaria que V.Ex^a. Fundamentasse a questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a. Vai compreender se tiver um pouco de paciência.

Veja que V.Ex^a, Sr. Presidente, leu um requerimento de calçamento da sessão inicialmente, e eu gostaria de dizer a V.Ex^a e à Mesa Diretora que esse documento está completamente viciado, um documento ilegal, portanto, esta sessão não pode ser calçada justamente porque aqui existem quase 50 assinaturas onde mais de dez parlamentares encontram-se ausentes.

A data de 19 de setembro está preenchida de caneta. Ou seja, esse documento não foi feito hoje, esse documento deveria estar guardado nas gavetas da assessoria da Bancada governista, e obviamente a nossa Bancada de Oposição não vai aceitar que um documento dessa forma seja aceito e lido pela Mesa Diretora.

Gostaria que V.Ex^a, na condição de presidente desta sessão, desse uma conferida nesse documento, pois é um documento completamente irregular, portanto, não podemos aceitar que esta sessão seja conduzida sob os cuidados de um documento ilegítimo.

Essa é a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Adolfo Viana:- Solicito o cancelamento imediato desse documento que não é verdadeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo Viana, antes de V.Ex^a, quero consultar o secretário da Mesa, Carlos Machado, e ele datou. Quem data é a Mesa. Então, induziu a Mesa ao erro.

Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero apenas dizer a V.Ex^a, por quem tenho muito apreço, que algumas situações...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não pareceu ontem, pelo que V.Ex^a disse a mim através dos sites, mas tudo bem. V.Ex^a foi muito deselegante publicamente com o deputado Sandro Régis.

O Sr. Zé Neto:- Mas quero dizer a V.Ex^a que o apreço continua.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Teve, porque não tem mais.

O Sr. Zé Neto:- Tenha fé em Deus. (Risos) Mas é verdade, V.Ex^a.

Primeiro, quero dizer que nós temos uma prática na Casa, estou aqui há quatro mandatos, três como Governo e um como Oposição. Primeiro, que não há nada no Regimento sobre estar presente na Casa, estar presente no Plenário. É até uma preservação dos nossos afazeres durante o dia, durante a tarde, tanto do Governo como da Oposição. Claro que na hora de manter uma sessão, de manter uma votação, V.Ex^a estará coberto de razão em solicitar que haja quórum.

Agora, se nós começarmos a tomar posicionamentos buscando um excesso vamos perder de vista, por exemplo, o fato de que não surtiria qualquer efeito se pedir presença, verificação de quórum para continuidade da sessão ou para votação, porque seria, obviamente, obrigatório o registro de todos como presentes se estiverem no Plenário. Então, peço a V.Ex^a que faça essa reflexão, senão vamos começar a criar umas amarras. A vida toda fizemos dessa forma, porque encontramos uma razoabilidade em quem viveu aqui, não fomos só nós, esse tipo de comportamento.

Então, acho que não há nada ilegal, não há nada fora do padrão do que sempre se fez na Casa, e não tem nada fora do que está intrínseco no sentimento do Regimento. Não vejo porquê.

V.Ex^a vai ler se estão presentes na Casa os que estiverem no documento. Foi o que ficou combinado por todo tempo nesta Casa, e isso é que eu gostaria de que V.Ex^a fizesse com que permanecesse, porque acho que é o correto, o justo e o que dá equilíbrio na Casa. Não falo só como deputado do Governo, porque acho que isso diz respeito às situações que são atinentes aos deputados do Governo e aos deputados da Oposição.

Nós temos que ter clareza de que as disputas ideológicas, as disputas partidárias, as disputas por ideias vão acontecer, mas temos que manter aqui uma relação equilibrada para que sempre prevaleça o processo democrático.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Quero, inicialmente, apresentar a V.Ex^a a minha indignação, porque tão logo V.Ex^a apresentou o requerimento eu fiz uma questão de ordem. V.Ex^a disse que havia conferido e que estavam aí...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu conferi, Targino. Está conferida.

O Sr. Targino Machado:- Mas pelo que eu vi aqui agora, o requerimento....

(O deputado Adolfo Viana fala fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado:- Deputado Adolfo!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho, deputado.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a define ao final.

Solicitei a V.Ex^a que informasse se os deputados signatários do requerimento estavam presentes. V.Ex^a garantiu que sim. Causou-me surpresa ver, agora, na mão do deputado Adolfo Viana o requerimento, que deixa clara a intenção da Bancada do Governo de praticar uma burla, lesar a consciência dos deputados da Oposição e dos deputados do Governo. Tenho certeza de que a maioria aí não concorda com isso.

O que é fraude? Para que, aqui, os deputados não venham a achar que estou usando palavras fortes. Mas fraude, Sr. Presidente, é qualquer ato de má fé. Sr. Presidente, fraude é qualquer ato de má fé com o intuito de lesar ou ludibriar outrem ou de não cumprir determinado dever.

E pergunto a V.Ex^a se alguém pode apresentar uma definição melhor do que essa para esse ato praticado pelo Líder do Governo, que toma assinaturas, como estava tomando aqui, hoje. O assessor da Liderança estava tomando as assinaturas dos Srs. Deputados, todos, para apresentar em outra data, em outra oportunidade. Qual é a burla? É que existem assinaturas em excesso, ou seja, 10 ou 12 deputados assinaram e não estão presentes.

Quero acabar com essa história, Sr. Presidente, acabar com coligação, acabar com esse regime, esse sistema eleitoral nosso por uma razão, é porque o eleitor...

Sr. Presidente, Sr. Presidente, minha questão de ordem é dirigida a V.Ex^a! Que o Dr. Carlos Machado se coloque no lugarzinho dele agora, porque estou falando com V.Ex^a.

O sistema eleitoral vigente no País, eu sou contra, porque é difícil dizermos a um eleitor que um deputado teve 50 mil votos e não se elegeu e que outro se elegeu com 25 mil votos.

A mesma coisa é essa miséria, essa miséria, é essa miséria, isso é miserável, desse sistema de apuração de presença aqui através do painel eletrônico. Consta nele 57 deputados presentes, e isso é uma fraude também, Excelência, porque todos os dias vemos isso aqui, a perpetuação da fraude. Esse documento é uma fraude porque existem assinaturas várias de vários deputados que, inclusive, não estavam presentes no horário do início da sessão. E há as de alguns que ainda não estão presentes.

Então, essa é a Casa das leis, essa é a Casa da anarquia, essa é a Casa da fraude. E o que peço a V.Ex^a, que requeiro a V.Ex^a é que declare viciado esse

requerimento que está em sua mão. E o que é viciado não pode produzir efeito, não é?

V.Ex^a, presidindo a sessão, não gosta de que eu fale sobre a apuração da presença através do painel, mas eu falo porque não vou me curvar...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a está colocando palavras na minha boca. Eu não recriei nada.

O Sr. Targino Machado:- Recriminou com gestos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para mim, a palavra miserável não é própria para um parlamentar dizer em Plenário.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, miséria aqui é adjetivo qualificativo, porque aqui há coisa muito pior que miséria. Muito pior! Não retiro a palavra miséria.

Se V.Ex^a quiser lançar um desafio para que eu cite quais são as misérias desta Casa estou disposto a fazê-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a quando diz que eu afirmei, eu afirmei o que V.Ex^a me perguntou. V.Ex^a me perguntou se as assinaturas conferiam com o painel. Eu contei 23 assinaturas no documento recebido, já vindo da Secretaria da Mesa, dia 19 de setembro de 2017, assinado pelo secretário-geral da Mesa. Então, eu não posso dizer que o documento é de má fé sendo recebido pelo secretário-geral da Mesa.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Só para concluir o que o deputado Targino falou, deputado Leur Lomanto.

Então, quando V.Ex^a me perguntou se eu havia conferido, eu disse que sim, porque dentre as assinaturas 23 conferem com a presença no painel. Agora, surge um fato novo, com excesso de assinaturas, que é completamente diferente do que V.Ex^a argumentou com esta Presidência.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem. Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em nenhum momento...

Se esse documento não contivesse 21 assinaturas compatíveis com o painel eu não o aceitaria, como nunca aceitei. Quem trouxe essa prática para o Plenário fui eu, como presidente. Só para esclarecer.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Leur; depois, o deputado Alex Lima.

Oh!, Bira, desculpe-me, perdão. Pela ordem o deputado Bira Corôa.

Líder, quero lhe pedir...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Bira já cedeu a palavra, e eu agradeço.

Sr. Presidente, esse tipo de questionamento há muito que vem sendo discutido no âmbito deste Plenário, e a minha questão de ordem, breve questão de ordem, só a título de esclarecimento, é porque nós já avançamos, inclusive sob a presidência de

V.Ex^a, em relação ao absurdo que era realizado aqui anteriormente, porque tudo nessa Casa é praxe. Se é praxe se fazer o errado, vamos consertar!

Eu estava conversando com o secretário-geral da Mesa e ele disse que há 30 anos que se faz dessa forma. Se está fazendo errado, cabe a nós, parlamentares, consertar aquilo que está errado. Estava errado, e continua errado, os parlamentares elaborarem. E eu vejo a Liderança do Governo elaborar um calhamaço de convocações e para calçar a sessão recolhe a assinatura de pessoas que muitas vezes, na maioria das vezes, não se encontravam em Plenário.

E agora, na presidência de V.Ex^a, exige-se que o signatário do documento esteja presente em Plenário.

Agora, o correto, Sr. Presidente, não era você fazer, primeiro, um documento sem colocar a data. Colocar a data em caneta está mostrando que esse documento não foi confeccionado no dia. Isso é um equívoco e um erro. Então o correto seria o documento ser confeccionado no dia da sessão, as assinaturas sejam recolhidas no dia da sessão e que se coloque a data no dia da sessão e não como vem sendo realizado, como tudo que se coloca neste plenário que é praxe porque há 30 anos se faz assim.

Cabe a nós, e o governo tem uma ampla maioria neste Parlamento, são mais de 40 parlamentares, não tem dificuldade nenhuma. O que queremos é só corrigir o que está errado. É esse o sentido da nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alex Lima, e depois a Presidência deferirá o assunto.

Deputado Alex Lima, o deputado Bira e depois V.Ex^a. Darei duas a V.Ex^a, porque tivemos duas aqui também. Com a questão de ordem o deputado Alex Lima e o deputado Adolfo e se encerra.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, primeiro eu queria um breve esclarecimento de V.Ex^a Essa matéria foi deferida pela posição da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Foi.

O Sr. Bira Corôa:- Então, estamos abrindo um novo precedente, e acho extremamente perigoso nesta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Bira, V.Ex^a não pode afirmar que estamos abrindo um precedente, porque eu não deferi nada, eu estou escutando a Casa.

O Sr. Bira Corôa:- Não, presidente. Presidente, deixe-me concluir, pelo menos.

Estou dizendo: abrindo um novo precedente, porque uma matéria deferida pela Mesa, a gente volta à discussão da matéria, a gente abre um precedente. Eu queria fazer essa colocação aqui.

Outra coisa, Sr. Presidente, é que quero concordar plenamente com o deputado Leur quando ele diz que temos que corrigir uma série de distorções que foram criadas ao longo do tempo e incorporadas como praxe desta Casa. E isso, inclusive, inclui várias questões que dizem respeito até mesmo ao funcionamento desta Casa.

Agora, é prudente também avaliarmos que as ações que são tomadas nesta Casa são sempre em combinações e a praxes que se colocaram e respeitando a

autonomia das Bancadas. E esta Casa tem como praxe seguir a orientação das Bancadas. E quando há combinação entre as Bancadas, automaticamente há um princípio básico de respeitabilidade e de compromisso.

Então, é bom colocar para que a gente não quebre também, no afã de achar que está corrigindo, espontânea ou intempestivamente, um padrão de relação harmônica, salutar e necessária para o bom entendimento do Parlamento e da condição estrutural e orgânica do funcionamento da Casa pautada apenas em situações emergenciais ou circunstanciais.

Não quero com isso dizer que estou aqui atestando ou defendendo quaisquer erros ou arbitrariedades. Muito pelo contrário. Estou chamando a atenção da salutar condução do Parlamento e da autonomia das instâncias que são estabelecidas neste Parlamento, a exemplo das lideranças, que são fundamentais para a condução e para a direção política da nossa Casa.

Por isso, Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que me sinto satisfeito pela minha falação e acredito na condução de V.Ex^a na direção da Mesa e no seu posicionamento, desde o primeiro momento, a respeito da matéria e que não haverá a possibilidade de abrir um precedente, de quebrar as posições já tomadas, porque aí ferimos todos os princípios das definições pelas suas instâncias.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, primeiro quero elogiar o posicionamento sempre equilibrado de V.Ex^a e fazer uma reflexão com a Casa. Acho que temos inúmeros temas para serem debatidos. Na minha avaliação, o Regimento fala em 21 assinaturas. Se possivelmente existem mais de 21 assinaturas de quem não está presente, acho que cabe a esta Casa o bom senso de que atende o Regimento de ter as 21 presenças.

Se V.Ex^a decidir o contrário, Sr. Presidente, quero propor, e vou levar para a Mesa Diretora, que não liberemos o ponto aqui para a ser aberto pela manhã. Então, o ponto deverá a ser aberto na Assembleia Legislativa a partir de 14h45min, porque todo mundo tem que estar aqui. (Palmas)

Então, se vamos seguir o Regimento integralmente, não se abre mais o ponto pela manhã, porque, o que pode ter havido, Sr. Presidente, é que as pessoas podem ter vindo aqui pela manhã, assinado o documento e não ter dado presença. Então, essa pessoa, evidentemente, se não está presente, não pode ser contada. Se o Regimento Interno fala em 21 assinaturas e se tem mais de 21 assinaturas, mesmo descontando os que estão ausentes, isso não faz nenhum sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, sinceramente, não consigo compreender como alguns colegas da base do governo conseguem defender o indefensável, defender aquilo que não é correto. Eles resolvem assinar vinte requerimentos iguais a esse, no dia de hoje, para que sirvam para as vinte próximas sessões. Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a fingir que nada disso está acontecendo!

Isso é um verdadeiro absurdo nesta Casa Legislativa. É esse tipo de atitude que faz com que políticos percam a credibilidade. Nós precisamos, sim, seguir o Regimento e não podemos abrir brechas para que esse tipo de manobra aconteça aqui na Assembleia Legislativa. Nós precisamos enquadrar todo tipo de artifício utilizado para poder, com o jeitinho brasileiro, chegar-se onde se pretende.

Os documentos desta Casa têm que ser em conformidade com o que pede o nosso Regimento Interno.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles. Aliás, o deputado Targino Machado pediu primeiro.

O Sr. Targino Machado:- Quero ceder o aparte para o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, dos 45 minutos do Pequeno Expediente, 25 minutos foram gastos com questão de ordem. Estamos acabando com o Pequeno Expediente. Gastou-se todo esse tempo para debater um assunto que me parece que o correto seria uma questão de ordem da base do governo e outra questão de ordem da base da Oposição para se definir.

Quero chamar a atenção da Mesa, de V.Ex^a que não podemos acabar com o Pequeno Expediente! Ficaram 5 deputados impedidos de se pronunciar no Pequeno Expediente em decorrência de uma discussão, que não se chegou ainda a uma conclusão. Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Hildécio, realmente é um assunto polêmico que o deputado Adolfo Viana trouxe, e tinha de escutar todas as Bancadas para essa presidência, aqui, tentar agir da forma mais correta possível no meu exercício.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, quero fazer minhas as palavras do deputado Alex, porque acho que valorizaríamos este Parlamento, iríamos dar vida a este Plenário se as presenças, aqui, dos Srs. Deputados fossem tomadas de outra forma, em outro horário. O horário regimental é 14h30min, com 15 minutos de tolerância. Então, se às 14h30min os deputados fossem liberados para darem presença e a Presidência pudesse esperar pelos 15 minutos regimentais, teríamos aqui sempre quórum para debater. Parabéns, deputado Alex. É esse o meu pensamento, já defendi isso aqui em outros momentos. E quando critiquei a forma como se toma a presença, nesse painel, onde tem sempre registrado 57, 58, 60 deputados, e meia dúzia presente. Isso avilta e apequena o Parlamento.

Por outro lado, também quero concordar com as palavras do deputado Hildécio: precisamos ter cuidado com o Pequeno Expediente, porque ele não é o horário dos partidos, dos blocos, é o horário dos deputados, privativo dos deputados. Na semana passada já me contrapus a isso, deputado Hildécio, quando o deputado Marcelo Nilo ocupou por todo o tempo esse horário e poderia ter feito isso em outro

horário. Mas aqui, hoje, quero dizer a V.Ex^a que a matéria foi superveniente, foi alheia à vontade do deputado Adolfo Viana, que surpreendeu uma fraude no documento que calça ou pelo menos deseja calçar a sessão seguinte. Então, no presente não posso concordar totalmente com V.Ex^a, porque foi um assunto alheio à vontade do deputado Adolfo Viana.

Com a palavra, Sr. Presidente, V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu aqui escutei todos os lados, escutei o Carlos Machado, escutei o Geraldo Mascarenhas, que são os procuradores da Casa, e quero aqui afirmar que o deputado Adolfo Viana está coberto de razão. Ele se cobre de razão quando traz um documento, e aqui a presidência foi induzida ao erro, porque quando recebi o documento a primeira questão que fiz ao secretário geral da Mesa, Carlos Machado foi: este documento está legal, está o.k.? E ele respondeu: presidente, já foi conferido e o documento está legal.

Nós não nos atentamos, também acredito que o secretário Carlos Machado não agiu de má-fé, ele não se atentou a essa discrepância das assinaturas dos que estão presentes e dos que não estão presentes. A Mesa, na pessoa do presidente, como a Secretaria da Mesa, se atentou apenas em conferir o número legal de assinaturas. Para se ter um requerimento de convocação de sessão, precisa de 21 assinaturas, e nesse documento continha 23 assinaturas. Então, nesse âmbito, foi o âmbito que a Presidência da Mesa e a Secretaria da Mesa atentaram.

Agora, depois da exposição e dos argumentos do deputado Adolfo Viana, fica claro que esse documento não foi redigido hoje. Esse documento... devem ter sido coletadas as assinaturas, esse documento pode ter sido coletadas as assinaturas... Realmente, eu não posso afirmar... Mas, neste momento aqui... Neste momento aqui, a partir desse momento, enquanto eu estiver na Presidência, eu só aceitarei qualquer requerimento, eu datando e assinando a hora, até para não haver mais esse tipo de problema. Mesmo esse documento sendo votado na Casa, esse documento está viciado, e eu peço ao Líder do governo que recolha as 21 assinaturas para apresentar o documento, porque esse documento aqui está viciado em cima das argumentações da Oposição.

Eu deferi. Deferi.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, eu quero ser até justo e concordar com a sua deliberação, mas quero dizer que, a partir de agora, também deve ser precedente exigido pelo senhor o exame grafotécnico de cada assinatura, já que o senhor desconfia de que nós assinamos o documento. Então, todo e qualquer documento, incluindo... a ser entregue nesta Casa vai ter que passar por um exame ou um atestado de comprovação de assinatura.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem.

Eu queria recorrer a V.Ex^a inicialmente, senão vou à plenária, porque, veja bem, Sr. Presidente, nós assinamos o documento de manhã, vamos lá. Se foi de manhã, se foi de tarde, se foi agora há pouco, se foi não sei o quê... Sr. Presidente, o que é que V.Ex^a quer? Que eu venha para cá... Se eu vier para aqui agora para fazer o

que V.Ex^a quer, então V.Ex^a está dizendo que eu tenho que estar todo o tempo com o número de deputados dentro do Plenário para assinar o documento na hora em que V.Ex^a desejar. Sr. Presidente, desculpe-me, aí eu não estou entendendo o que V.Ex^a quer. V.Ex^a quer que eu lhe dê outro documento? Tudo bem. Aí, já assinou o documento de manhã, vamos correr atrás, tem um outro documento em branco, eu dou a V.Ex^a e V.Ex^a vai datar!

Agora, nada me impede...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É matéria vencida.

O Sr. Zé Neto:- Não, não é matéria vencida. Olha, deixe eu lhe dizer uma coisa que é muito importante. Nós somos maioria na Casa, V.Ex^{as} quando reclamam, eu sou muito tranquilo com relação a isso, porque eu tenho tranquilamente o cunho da democracia para que possamos conduzir aqui as nossas disputas. Na democracia, V.Ex^{as} são minoria, mas são respeitados como minoria. E não há de nossa parte nenhuma situação que possa gerar dificuldades nesse plano do respeito ao Regimento e às questões que são lógicas na Casa.

É absolutamente lógico, e eu não sei o que V.Ex^a quer. Então, me explique o que V.Ex^a está dizendo que indeferiu. Indeferiu o documento? Indeferiu por que não tinha data? Então V.Ex^a ia receber o documento sem a data? V.Ex^a é absolutamente impossível de se... Primeiro, porque quando se fala o dia... Nós estamos no dia... Isso é aqui, é no Senado, é no Congresso, é em qualquer lugar, Excelência.

Então, quero dizer a V.Ex^a que, aí... Priscila, me dá o Regimento, porque vou, inclusive, recorrer ao Plenário, para que a gente possa tomar...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pode recorrer. V.Ex^a tem direito.

O Sr. Zé Neto:- Não é correto o que V.Ex^a está fazendo. O que V.Ex^a está fazendo está descaracterizando até o relacionamento nesta Casa. Nós não estamos aqui atrás nem de picuinha nem de Ba-Vi.

Por que é falso? As assinaturas que estão aí são falsas?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não.

O Sr. Zé Neto:- Ah, as assinaturas não foram feitas hoje? Ou foram feitas pela manhã? Ou foram feitas ontem? Excelência, isso é um documento, e quem assinou, assinou com o fito de que sirva, como está servindo, para que seja feita, aqui, a caução da sessão.

V.Ex^a não pode vir me dizer, por exemplo, que o documento foi assinado ontem e hoje. Isso não importa! Vamos lá: hoje, pela manhã, nós assinamos o documento. Só assim para V.Ex^a agora. Nós estamos durante o dia. Eu tenho a manhã toda, eu tenho aqui a tarde toda para assinar um documento. V.Ex^a pode ler esse documento agora como pode ler no fim da sessão. E essa coisa de que tem que ser com a data, que não sei o que.... Então V.Ex^a quer o quê? Que o documento venha sem data? Aí é que vai criar uma situação jurídica de impossibilidade. V.Ex^a disse: “Oh, o documento, eu é que tenho que datar!”

Excelência, desculpe-me, nós estamos dando, aqui, uma contribuição totalmente antirregimental. Que autoritarismo, que coisa absurda! Eu até peço à

Oposição que reflita, o deputado Leur... “Eu só vou deixar se eu assinar e der a data”?!? O presidente da Casa vai me dizer que ele vai... e com que tempo eu vou correr atrás para poder fazer uma....

Gente! Eu não estou nem acreditando no que estou vendo aqui na Casa. Nós vamos, a partir disso, criar uma situação que eu acho lastimável. Se é para usar... porque de repente um deputado de Oposição que está no Plenário... inclusive deputado Sandro Régis é um deputado que tem todo respeito nosso, e acho que tem que ser imparcial nisso, porque senão estará inviabilizando esse instituto. Como é que, de repente, só vou aceitar se eu assinar? Eu assino, tome aqui, vá buscar! Não vai nem dar tempo, nem tempo teria! Imagine, Carlinhos, aqui como eu faria: eu pegaria aqui uma assinatura do presidente da Casa, ele assinaria, “Tome aqui o documento, vá correr atrás de 21 assinaturas!”

Minha gente, eu acho que isso é algo... desculpe-me, Sr. Presidente, eu faço aqui... primeiro eu recorro à Presidência da Casa. É um embargo declaratório meu aqui. Estou pedindo a V.Ex^a que esclareça, pra eu saber até o que é que eu vou, evidentemente, recorrer. Porque se é como V.Ex^a está dizendo, V.Ex^a está suprimindo um recurso, aqui, do Plenário. Isso é óbvio!

Deputado Luciano, V.Ex^a, que é regimentalista, ele está suprimindo um instituto do regimento, porque, de repente ele vai assinar e dizer: “Agora vá correr atrás das suas assinaturas!”. Nem tempo teria, porque, de repente, os deputados estão um em cada gabinete, não têm obrigação de estar aqui no Plenário. Nós não somos escravos de uma situação, nem devemos, nem V.Ex^a ...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Zé Neto:- Estou recorrendo a V.Ex^a para que, primeiro, V.Ex^a ouça a minha questão de ordem. A minha questão de ordem é para que V.Ex^a esclareça essa situação. Estou levantando que com essa decisão de V.Ex^a – não estou entendendo – vai se inviabilizar, absolutamente, o instituto do regimento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Zé Neto:- Porque o instituto do regimento é claro, você pode calçar uma sessão, contanto que você tenha os deputados presentes na Casa. Pode ser de manhã, porque, de repente... de manhã tivemos o que, aqui, hoje? Reuniões das comissões. Então, é óbvio que os deputados estão presentes em audiência pública, reunião, todo mundo assinou, saiu, foi e voltou.

Independentemente, Sr. Presidente, estou dizendo que isso é correto. De repente, V.Ex^a diz: “Foi ontem, foi hoje”. Com que autoridade? O que V.Ex^a está dizendo? Que se eu pegar um documento da manhã, idêntico, com 23 assinaturas aqui e trazer, V.Ex^a vai perguntar: “Ah, esse documento foi assinado pela manhã?”. Sim. E o que foi de tarde?

Então, Excelência, do ponto de vista prático, acho que estamos criando uma situação... eu peço a V.Ex^a, como deputado, para não esganiçar aqui o nosso relacionamento de bancadas.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, art. 92 do Regimento (Lê): *“A sessão extraordinária poderá ser convocada: I - pelo Presidente da Assembleia; II - mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia...”*. Esse 1/3 tem que estar presente na sessão para requerer. É claro, Líder do Governo, está aqui no Regimento. Não se pode requerer uma sessão sem a presença dos parlamentares.

Eu entendo ou qualquer um entende, deputado Zé Neto, que o requerimento tem que ser assinado pelos parlamentares presentes na sessão. Não se pode ter um requerimento para convocar uma sessão sem estar presente. V.Ex^a quer recorrer ao Plenário? V.Ex^a tem todo direito.

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

Ele tem o direito de recorrer ao Plenário. Ele tem. Ele falou que queria.

Deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Ex^a. V.Ex^a acabou de ler o Regimento, e ele diz no art. 92 que a sessão pode ser convocada por 1/3 dos membros da Assembleia. Ora, se temos 1/3 dos presentes assinados, e, eventualmente, mais de 1/3 não está presente, Sr. Presidente, está atendendo o Regimento.

Mas, ainda respeitando a posição de V.Ex^a, quero apenas fazer o encaminhamento na minha questão de ordem: que V.Ex^a julgue prejudicadas também todas as inscrições feitas no Pequeno Expediente de hoje. Porque no Pequeno Expediente, nosso Regimento fala que a sessão ordinária começa às 14h30min. Então, só a partir daí é que poderia haver inscrição para o Pequeno Expediente.

Existem pessoas que vêm pela manhã e se inscrevem no livro para fazer parte...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Carlos Geilson:- Não existe isso, não.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Respeitem o deputado Alex Lima. Pois, não, deputado.

O Sr. Alex Lima:- Eu gostaria que a turma da Oposição – os partidos que fazem oposição – respeitasse o Regimento, também, na minha questão de ordem. Aqui não pode ser por conveniência o respeito ao Regimento.

Então, Sr. Presidente, apenas para formalizar a minha questão de ordem, quero pedir a V.Ex^a que o livro de inscrição seja aberto conforme o ponto e que a partir desta sessão, Sr. Presidente, o ponto da Assembleia só seja aberto às 14h30min, conforme manda o Regimento.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para saber de V.Ex^a o que é que estamos discutindo aqui em questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já está deferido o requerimento.

Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, na realidade...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a não esclareceu para mim sobre a sua presidência...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, o Líder do PT está falando.

O Sr. Joseildo Ramos:- (...) o art. 92 eu quero usar, após a sua leitura, para dizer que não há dúvida. (Lê) *“Art. 92 - A sessão extraordinária poderá ser convocada: I - pelo Presidente da Assembleia; II - mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia; III - por deliberação do Plenário, o requerimento escrito de qualquer deputado.”*

Portanto, a interpretação que V.Ex^a deu não está correta, em minha opinião, por conta da interpretação equivocada dada por V.Ex^a. Observe o inciso II: *“Mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia.”* Não se refere às presenças.

O Sr. Angelo Almeida:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu acabei de consultar aqui o secretário Geral da Mesa e todo o *staff* jurídico da Casa e todos têm o mesmo entendimento desta presidência. A convocação extraordinária é mediante 1/3 dos membros presentes no Plenário. É o entendimento do presidente.

A questão de ordem do deputado Adolfo Viana está deferida e não se fala mais no assunto.

Questão de ordem, deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, nós não podemos transformar esta Casa num cartório de registro de compra e venda. Esta é uma Casa política, o art. 92 é claro para todos nós. Quero aqui fazer uma defesa da posição do Líder do Governo, da Bancada da Maioria, porque do contrário, se for prevalecer essa questão de ordem colocada aqui hoje, esta Casa vai se transformar além de templo evangélico num cartório de compra e venda, onde o comprador e o vendedor precisam estar lado a lado na frente de uma tabeliã.

V.Ex^a é um deputado extremamente qualificado, tenho certeza que vai se acerrar do melhor aconselhamento possível. É evidente que não é necessária a presença do deputado em plenário para assinar o requerimento. Aí é cartório de imóveis.

Obrigado, Sr. Presidente. Vou dispensar o restante do tempo, porque para mim está muito claro.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu quero mais uma vez esclarecer que eu tenho feito esforço, tenho demonstrado isso, para que a ideia do rolo compressor não funcione nesta Casa. Nós somos maioria e temos a maioria na Casa.

No momento em que V.Ex^a está na presidência, e que um deputado da Oposição faz uma arguição com esse teor, estando claro, transparente, o que está escrito no artigo 92, está aqui, hialino: “Mediante requerimento de 1/3 dos membros da Assembleia...”

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, esse assunto já foi...
Faça a questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- (...) eu vou fazer um recurso.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então faça.

O Sr. Zé Neto:- Estou lendo. Eu tenho tempo para fazer o recurso.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, eu preciso de uma questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- E aí, excelência, estou requerendo a V.Ex^a porque não consigo enxergar aqui nenhum dos posicionamentos que V.Ex^a arguiu para deferir a questão de ordem que foi posta pelo deputado Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a me dá um adendo por favor?

Eu não tomei nenhuma decisão aqui sozinho. A minha decisão foi orientação da Secretaria da Mesa e do procurador da Casa Carlos Machado. Eu consultei Carlinhos e Geraldo e ambos me orientaram desta forma. Então, quero dizer a V.Ex^a que não foi nenhuma decisão política. Eu consultei as duas pessoas que estão aqui na Casa. Carlos Machado é procurador e Geraldo Mascarenhas é advogado, e ambos me orientaram desta forma.

Então, quero dizer aqui, deputado Rosemberg Pinto, que não foi nenhum... Se Carlinhos e Geraldo me orientassem de forma contrária, eu acataria também. Eu estou respaldado juridicamente pelo procurador do Estado e pelo procurador da Casa, Carlos Machado, e assunto encerrado.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou recorrendo aqui, Excelência. Eu queria até, primeiro, fazer um adendo. Eu acho que uma decisão dessa magnitude vai afetar outras situações do dia a dia da Casa. Primeiro, porque está indo frontalmente contra o Regimento. Eu peço até ao deputado Adolfo que tem um ímpeto de fazer política na euforia de ter que vencer paradas, ou ter que criar situações como esta, que tenha cuidado. Porque se já estamos entristecidos com a situação que vive o político na vida pública, se nós tivermos aqui na Casa situações como essa, sendo tratadas dessa forma...

Eu não estou triste por causa do mérito não, eu estou triste por causa do método, porque esse não é o método. Não é o método você chegar aqui e ler um artigo, dizer a mim que você vai identificar se foi feito pela manhã, se foi feito às

13h, às 14h ou se foi feito às 15h. Isso, desculpe-me. Nós que somos advogados sabemos o que estamos dizendo, há uma expressão de vontade de quem estava assinando. Nós temos aqui o dia todos para dar frequência. Nós apresentamos um documento datado, a data está aí. V.Ex^a tem razão quando lê se está presente ou não aqui no Plenário, ou, pelo menos, na Casa que aqui é o que está sendo posto, aí eu concordo. Agora, nós não podemos cair numa cilada dessa, porque vai criar um impasse.

O Sr. Adolfo Viana:- Cilada?

O Sr. Zé Neto: - Cilada do ponto de vista jurídico. Se juridicamente tem aqui um termo, “mediante requerimento de 1/3 dos membros da Assembleia” e o requerimento chega a vossas mãos, estou recorrendo conforme o art. 228. Peço a V.Ex^a que providencie junto à Secretaria da Mesa os procedimentos para que o recurso seja processado. Estou querendo que seja preservado aqui o que está exposto claramente no art. 92, § II, para que possamos manter o equilíbrio e o respeito ao Regimento.

Já temos, inclusive, situações em que V.Ex^{as} utilizaram de todos esses mecanismos. Não vejo nem o que reclamar. Há 30 anos, apresentava aqui o seu requerimento assinado e datado. Foi assinado pela manhã? Foi assinado meio-dia? Senhores, me desculpem, nenhum deputado que tenha assinado um documento, seja há 10 minutos, seja meio-dia, seja pela manhã, vai dizer que não tem expressão de vontade.

Excelências, isso não é viável, V.Ex^{as} estão reclamando disso agora em que condição? Vejo muito isso na vida pública. Ouço o deputado Targino falar aqui muita coisa, não reclamo muito. No passado, já pejejei muito com ele, hoje não pejejo. Tenho ele uma pessoa por quem tenho respeito e procuro não pejejar para não criar polêmicas, em situações que não devemos estender, principalmente pelo que estamos passando no Brasil. Principalmente nós, que somos responsáveis pelo Estado da Bahia, somos o Poder Legislativo e, às vezes, temos que nos dar o respeito para sermos respeitados.

Então, quando atuamos de uma forma em que até o Regimento que está claro, está muito claro, vocês sabem disso.... Ah, porque tem um procedimento que acumulou, não acumulou. Minha gente, isso é expressão de vontade, pode ter sido feito hoje pela manhã, só não pode ser assinado - e me desculpem a avaliação que foi feita pelo líder, que também tenho muito respeito, o deputado Leur – como V.Ex^{as} estão pensando. Ou pelo menos é o que entendi, tinha que ser feito na hora aqui dentro da Casa, dentro do Plenário. Até porque, deputado Leur, isso é impossível do ponto de vista físico e humano. Por exemplo, olhe quantos de V.Ex^{as} estão presentes no painel e olhe quantos têm em Plenário. Até V.Ex^{as}, não são só os deputados do governo, é por conta, também, da comodidade da expressão jurídica e da materialidade que estamos impondo.

Então, conforme o art. 228, solicito que V.Ex^a proceda junto a Secretaria da Mesa e traga esse recurso para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, quero dizer que V.Ex^a explanou, então, tem que pedir também a exoneração de Carlinhos e Geraldo, porque estou sendo respaldado juridicamente pela Mesa. Se V.Ex^a está achando que é uma atitude política, então Carlinhos e Geraldo, que estão me orientando aqui, também estão tomando uma atitude política. Acato V.Ex^a e quero encaminhar o recurso para o Plenário, submeto ao Plenário.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a vai colocar em votação, é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É isso, exatamente.

O Sr. Targino Machado:- Quero solicitar a V.Ex^a o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Que seja dado o tempo...

O Sr. Targino Machado:- Solicito eu que zerem o painel, e contem o tempo de 25 minutos para que se apure o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu vou contraditar...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele tem o direito de contrapor, ele pode contrapor a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Eu me contrapus ao deputado Zé Neto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu estou contraditando esse encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho. Há uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, estou questionando seu encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não tem mais o que questionar.

Os Srs. Deputados, há uma verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, na imprensa, nos seus gabinetes, há uma verificação de quórum de votação. Por favor, marquem 25 minutos.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, o artigo 228 dá poder à presidência para todas as questões de ordem serão resolvidas pelo presidente com recurso voluntário para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu acatei a questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Exatamente. Acontece que essa questão é tomada desde que o Regimento não seja explícito nisso. Semana passada debatemos esse tema aqui e foi levantado esse mesmo tema. Não dá para numa sessão termos um encaminhamento e numa outra sessão termos um encaminhamento diferente. Semana passada foi feito esse questionamento aqui pelo deputado Targino Machado, discutimos aqui sobre a questão das assinaturas no Regimento. Debatemos esse tema aqui e ficou entendido, inclusive foi dado prosseguimento ao processo, uma vez que constavam as 21 assinaturas necessárias que o Regimento exige.

A minha sugestão, V.Ex^a já colocou para votação, é lógico, agora está extemporâneo, mas acho que é muito ruim. Primeiro, a posição dos assessores da Mesa é orientação, não é uma definição. Tenho respeito muito grande tanto por Geraldo, como por Carlinhos, mas eles não são proprietários do Regimento da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mas eles me orientaram.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu sei, eles deram uma orientação, uma posição e essa posição não pode ser a regra, a interpretação do Regimento não pode ser a interpretação apenas da assessoria.

A minha questão de ordem vai no sentido, eu tinha pedido antes, ao invés de votarmos essa questão, que déssemos continuidade à sessão e levássemos, primeiro, para Mesa Diretora fazer um debate maior sobre essa questão e trazia depois, mas como V.Ex^a já antecipou e colocou para o Plenário, a minha questão de ordem acabou ficando prejudicada, foi nesse... não, foi nesse espírito.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu quero dizer ao Plenário que eu confio plenamente na orientação tanto de Carlinhos como de Geraldo. São profissionais competentíssimos da área de Direito, já estão nesta Casa há mais de 40 anos e sempre usaram o Regimento de uma forma isenta.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu não tenho dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- São profissionais, então eu acho que qualquer presidente...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Geraldo passou aqui e disse que não foi essa a orientação dele.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu quero dizer que qualquer presidente que presida esta sessão tem como obrigação escutar pessoas capacitadas para orientá-lo. A decisão foi minha, a decisão foi do Presidente Sandro Régis em exercício, só que eu escutei pessoas para me orientar e enquanto eu estiver na Presidência, eu escutarei sempre Geraldo, Carlinhos ou qualquer funcionário da Casa, que esteja capacitado para orientação da interpretação do Regimento, mas a responsabilidade da decisão é do deputado Sandro Régis, no exercício da Presidência.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu entendi e respeito, presidente. Aqui não vai nenhuma crítica a Carlinhos nem a Geraldo, quem várias vezes eu também consulto. Isso que V.Ex^a falou resolve... É lógico, o senhor os ouviu, mas a decisão foi sua, vale a interpretação da Presidência da Casa. Eu também os ouço em vários momentos, mas o que vale é o Regimento, e ele dá poderes ao Presidente para nessas questões decidir, e V.Ex^a decidiu, para que a gente também não jogue a responsabilidade neles...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A decisão foi do Presidente, mas não foi uma decisão política. Foi apenas isso que eu quis dizer, deputado Rosemberg.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, me causou estranheza a colocação do deputado ao dizer que o Regimento não tem dono, que nem Dr. Carlos Machado nem

Dr. Geraldo são donos da interpretação do Regimento. Eu concordo com ele, mas, na verdade, o que ele quer é que a Bancada do Governo seja a dona da interpretação.

Na verdade, Excelência, eu sou absolutamente contra o instituto que se criou nesta Casa ao longo do tempo, que é a famigerada praxe. Eu sou absolutamente contra essa história de se abrir a presença às 8h da manhã para que os deputados deem presença e viagem, deem presença e vão para a praia, diferentemente dos outros funcionários, que precisam bater o ponto e ficar presentes no ambiente de trabalho.

Eu defendo a bem da moralidade, a bem do fortalecimento do Parlamento, desta Casa, que se acabe... Não sei o que está havendo com esse som, Excelência...

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- (...) Que se acabe com o instituto da praxe, que isso não tem contribuído para o funcionamento qualitativo deste Parlamento. É muito triste eu ter que subir naquela tribuna como já fiz, várias vezes, para falar para as poltronas vazias. Quem nos assiste através da *TV Assembleia* não entende como é que um deputado pode estar ali fazendo discurso exaltado para apenas dois ou três deputados presentes. E isso ocorre por causa da praxe.

Todo mundo aqui tem o que fazer, todos os deputados alegam que o único trabalho que o deputado tem que fazer é esse aqui no Plenário, quem quiser fazer outro tipo de atividade faça no contraturno ou faça à noite. Nós somos remunerados e muito bem remunerados pelo povo da Bahia, nós consumimos mais de R\$ 0,5 milhão por ano do orçamento da Bahia, R\$ 0,5 bilhão aliás, são R\$ 520 a R\$ 540 milhões por ano. Assistimos aqui aos filmes na *TV Assembleia* de poltronas vazias.

Então, deputado Zé Neto, deputado Rosemberg, saibam que eu luto não é para o enfraquecimento ou fortalecimento de Bancada a ou b ou c, eu luto pelo fortalecimento da Casa, porque eu sou apaixonado pelo Parlamento. Defendo esta Casa, brigo por esta Casa. Agora, creio que a burla que se faz com esses requerimentos, com essas assinaturas, que são tomadas num mês para serem apresentadas em outro mês, onde os deputados assinam sem data, isso por si só, já é um vício.

Assinar um documento sem data ou apor assinatura em branco é a mesma coisa. É o que os deputados estão fazendo, estão assinando... Calma deputado, calma, V.Ex^a está irascível, V.Ex^a está raivoso, deputado Zé Neto está raivoso, aplica uma vacina aí. Excelência, nós estamos aqui discutindo o sexo dos anjos, o deputado Zé Neto está dando até palavrão. Isso fere o decoro parlamentar, Excelência. Fere o decoro parlamentar.

Eu concluo, Excelência, dizendo que quem quiser ter maioria no Plenário que bote os deputados presentes, quem quiser ter 21 deputados para assinar requerimentos, que coloque os 21 deputados presentes no Plenário, a assinatura precisa ser dada aqui, aposta aqui, porque assinar sem data ou assinar em branco é burla, é fraude.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, quero aproveitar esse pedido de verificação de quórum de votação para convidar os Srs. Deputados, as Srs. Deputadas, que estão

nos cafezinhos, que estão nos seus gabinetes, que há um pedido de quórum de votação e há necessidade de presença no Plenário.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando o pouco do tempo que ainda me resta, queria entender – deputado Zé Neto me ajude aqui por favor – o que estamos conduzindo aqui no dia de hoje. Na interpretação que o senhor apresentou, diz que é a presença dos 21 deputados em Plenário, segundo o senhor para assinar um documento; a fala de outro deputado, aqui, diz que a prevalência deve ser... Sr. Presidente, vai presidir a sessão ou vai...?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Estou vendo aqui, deputado, onde assino só.

O Sr. Bira Corôa:- Então desconte o meu tempo.

Bom, que a continuidade da sessão deve se dar, Sr. Presidente, inclusive, com a presença em Plenário, há afirmação de que se deve abrir a presença, apenas no horário de Plenário, e lhe faço duas perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não!

O Sr. Bira Corôa:- A primeira delas: é papel desta Casa e é responsabilidade dos Srs. Deputados, conduzirem as comissões? Estar aqui no chamado contraturno ou não estamos trabalhando ou só estaremos trabalhando, aqui, à tarde? As comissões não são trabalhos legislativos e não são responsabilidades dos Srs. Deputados?

Quero aqui afirmar, Sr. Presidente, que assinei um documento hoje pela manhã, estive presente, abri uma sessão a qual eu presidi e participei de uma outra comissão na qual votei, estava presente e vim dar a presença, exatamente, agora a tarde aqui no Plenário.

Aí, se V.Ex^a nega a presença e o trabalho do parlamentar, é bom chamar atenção, Sr. Presidente, que o discurso fácil de que aqui, a Casa cheia...

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Bira Corôa:- (...) esconde, acima de tudo, uma série de pessoas e representantes que não cumprem o papel de defender os interesses da sociedade na defesa das comissões, na presença nas comissões e de fazer valer o funcionamento delas e de outras instâncias extremamente importantes desta Casa.

Então, Sr. Presidente, em nível de esclarecimento ainda, quero deixar claro que a interpretação que o senhor aqui apresentou, quero respeitar na condição de presidente, mas quero contestar, porque o nosso regimento não diz que é a presença em Plenário, é a presença na Casa,...

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Bira Corôa:- (...) porque se o painel é aberto pela manhã, quem marca a presença no painel está presente na Casa, a não ser que estabeleçamos a partir de agora uma nova sistemática, desmerecendo inclusive o que está no nosso regimento que é a interpretação de quem senta na cadeira da Presidência.

Quero, mais uma vez, afirmar que respeitamos a contribuição dada pelos nossos orientadores e parceiros como Geraldo, Carlinhos e todos os servidores desta Casa, que são extremamente estratégicos para os nossos trabalhos e para o

funcionamento da Casa. Não se pode jogar, no intuito da discussão, o serviço e a técnica contra a ação do legislador em exercício.

Por isso, Sr. Presidente, deixo na minha fala exatamente a reflexão que esta Casa tem de fazer para atentar para o que estamos conduzindo e o que esperamos manter de exercício de funcionamento desta Casa.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente, para ajudar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho, pois vou responder ao deputado Bira Corôa.

Deputado Bira Corôa, suas duas respostas. Primeiro, a comissão não pode ocorrer no mesmo horário do Plenário, de manhã. Segundo, não estamos aqui em nenhum momento questionando a assinatura de A ou de B nem a validade da assinatura. O que queremos explicitar é que 1/3 para convocação de uma nova sessão tem de estar no momento presente no Plenário. É isso que está sendo discutido aqui. O que está aqui não está no Plenário. Existe a presença, como não existe a presença.

O Sr. Zé Raimundo:- E os 93?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quais 93?

Sr. Deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, quero invocar o art. 161, que diz que o deputado...

Sr. Presidente, estou fazendo uma questão de ordem a V.Ex^a, Presidente.

Ainda não está em votação, deputado Prisco. Verificação de quórum para votação. Calma. Ainda não está no processo.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, preciso fazer a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, silêncio.

O Sr. Alex Lima:- Invocando o art. 160, Presidente...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, silêncio.

O Sr. Alex Lima:- O art. 160, Sr. Presidente, diz que o deputado presente à sessão pode abster-se de votar. Porém, verificada a abstenção, a presença do deputado será contada para efeito de quórum.

Então, peço a V.Ex^a que conte a presença dos deputados de Oposição e restabeleça o quórum de votação. Eles podem votar contra, mas, para efeito de contagem de quórum, Sr. Presidente, pelo art. 160, têm de ser contados para efeito de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alex Lima, quero explicar a V.Ex^a que nenhum deputado está se abstendo de votar, até porque o processo não se encerrou. Quando o processo se encerrar e eu pedi a votação, V.Ex^a terá até razão. Mas ainda existem 7 minutos para encerrar o processo. Quando o processo entrar em votação, V.Ex^a terá concedida a sua questão de ordem.

O Sr. Alex Lima:- Segundo o deputado Prisco e o deputado Targino Machado, já estamos em processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quem determina a votação é o Presidente, não é o deputado Prisco.

O Sr. Alex Lima:- Mas já está em processo, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Sua questão de ordem está indeferida.

O Sr. Alex Lima:- Então, na verdade, é o rolo compressor, porque o Regimento Interno não diz isso, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mas não está em votação, Alex.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, as discordâncias com a Casa só podem ser discutidas judicialmente. Então, estou me sentindo prejudicado e vou questionar a decisão da Mesa da Assembleia, com muito respeito a V.Ex^a, a sua história, a seu papel no parlamento. Mas o meu entendimento é de que o Regimento Interno é claro. E quero que conste nas notas taquigráficas esta questão de ordem. Se nós já iniciamos o processo de votação com o pedido de verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Os deputados não se abstiveram de votar.

O Sr. Alex Lima:- Evocando o art. 160, 161 e 162, eu arguo que deve registrar os votos dos deputados presentes no plenário. Peço que conste nas notas taquigráficas.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Eu só quero dizer a V.Ex^a que vou neste rastilho e vou fazer uma questão de ordem quando estiver com a Maioria aqui. Quero que V.Ex^a registre quem está no plenário e quem, inclusive, deu frequência na primeira sessão. Quero que V.Ex^a registre, porque, se é para mudar o jogo da Casa, nós vamos mudar. Agora vamos mudar o jogo da Casa da seguinte forma: a frequência de quem a registrou será contabilizada até o final do dia. Então, V.Ex^a está entrando no jogo. Eu vou entrar no jogo.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, aqui ninguém mais pede questão de ordem, fala sem pedir questão de ordem, ameaça a Presidência. Isso aqui está virando uma verdadeira baderna.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo Viana, a minha decisão já foi tomada.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, preserve a minha fala, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Sr. Deputado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela lógica, quem estiver presente na Casa na primeira assinatura vai ter que ficar até o fim do dia. É, pela lógica é.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É.

O Sr. Zé Neto:- Então V.Ex^{as} estão dizendo para mim que, a partir de agora, quem assinou no plenário tem que estar no plenário. Não é assim? É assim que eu

estou entendendo. Vou fazer a questão de ordem quando eu estiver com a Maioria e, neste rastilho da decisão de V.Ex^a, vou fazer outra argumentação aqui. E, seja qual for a decisão, vou recorrer ao plenário e vou fazer outra argumentação aqui. V.Ex^a agora abriu uma brecha para, toda vez que alguém estiver no plenário, este alguém só ser contabilizado se permanecer no plenário. Se estiver no plenário, tem que estar até o fim do dia; se não estiver, está fora do plenário. Não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, deputado.

O Sr. Zé Neto:- O que eu estou entendendo é isso.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não. Aí é a interpretação de V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- O que estou entendendo é isso. Outra coisa: o requerimento é apresentado antes. Se V.Ex^a está caminhando por esse raciocínio, o requerimento é apresentado antes do começo da sessão. Então, V.Ex^a está colocando uma situação que vai acabar complicando a vida da Oposição.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vamos assegurar a palavra do Líder Zé Neto.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

Deputado Zé Neto, V.Ex^a quer terminar? Silêncio, pois o deputado Zé Neto irá falar.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Sandro Régis, quero dizer a V.Ex^a que vou na lógica da Maioria. V.Ex^{as} estão usando de um expediente e eu estou dizendo: V.Ex^{as} estão abrindo um precedente para uma disputa nesta Casa, e nós vamos também fazer uma outra com V.Ex^{as}. É para usar as sabedorias regimentais e passar por cima de coisas como essa. V.Ex^a está dizendo, em outras palavras, que quem está no plenário terá que permanecer no plenário até o fim.

V.Ex^a, é muito simples. Olha, é muito simples. Quem assinou aqui vai constar até o fim da sessão, ou seja, vamos ter 32 e, na hora que contar aqui e perguntar se assinou, tem que estar no plenário. Tem que estar no plenário até o fim, porque V.Ex^{as} estão dizendo que a presença é absoluta. Se essa presença no plenário é absoluta, eu agora vou usar do poder da Maioria e vou argumentar: “Não vai ter”. Quando assinarem aqui, vou pedir para que se mantenha o quórum do início da sessão. Para quem assinou aqui, no início da sessão, o quórum vai permanecer até o final.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, presidente...

O Sr. Zé Neto:- Não tem conversa, porque se V.Ex^{as} estão arguindo isso, vou utilizar...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, presidente...

O Sr. Zé Neto:- (...) vou utilizar essa decisão de V.Ex^{as} para que, daqui para a frente, a presença seja absoluta. A assinatura de quem assinou no começo da sessão será válida para o quórum do dia, inclusive de presença para a votação. Vai argumentar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Não tem problema nenhum. É para usar o Regimento, vamos usar o Regimento até o fim.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Prersidente. Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, independentemente do mérito da questão, estou pedindo questão de ordem à Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg, quero dizer a V.Ex^a que, a partir do momento em que V.Ex^a apresenta esse requerimento, do qual vou conferir as assinaturas, já está convocada a sessão automaticamente. Agora, a gente apenas tem que aguardar o fim do processo de votação, mas a sessão já está calçada. O efeito do seu requerimento já foi aceito e deferido, mas o recurso será julgado até o final.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k. Eu só quero dizer que, independentemente da questão...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já está resolvido aqui.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) Nós fizemos o requerimento com as assinaturas dos presentes e vamos debater essa questão depois.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já foi aceito o requerimento de V.Ex^a, a sessão já está calçada. V.Ex^a, deputado Rosemberg, usou a cabeça. Artigo 93: *“Sempre que for convocada uma sessão extraordinária, o Presidente comunicá-la-á aos Deputados em sessão, ou mediante publicação no Diário Legislativo”*.

(Deputados falam fora do microfone.)

Aquela sessão caiu. Esta já está calçada.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu quero pedir vista do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não pode.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a leu?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Li. Temos 21 deputados aqui.

O Sr. Adolfo Viana:- Leia no microfone.

O Sr. Targino Machado:- Leia no microfone para eu ouvir.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg, por favor.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a não avisou que o recurso...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já caiu o recurso. Foi derrubado. Já foi derrubado, deputado Targino. A sessão vai seguir calçada com o requerimento do deputado Rosemberg.

Zé Neto:- Esse requerimento foi tirado agora.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele vai ler o requerimento. Ele pegou aqui, agora, na minha frente.

O Sr. Zé Neto:- Só para esclarecer, Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a...

O Sr. Zé Neto:- Ele pode ler, Targino.

O Sr. Targino Machado:- Quem vai ter que ler é o presidente. V.Ex^a não pode delegar. Ele não é nem da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele vai fazer uma questão de ordem informando o requerimento dele.

O Sr. Targino Machado:- Ele vai lê, e V.Ex^a também.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Claro, para que eu possa deferir ou não o requerimento. Eu vou deferir o requerimento dele, deputado Targino. Eu primeiro vou escutar o requerimento dele, para deferir ou não. Temos que usar a Presidência de uma forma correta.

O Sr. Targino Machado:- Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Liberem o som para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Targino Machado:- Cortaram o som do deputado Rosemberg. Isso não é possível.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, independentemente do debate com relação às questões, eu estou apresentando um novo requerimento, com 23 assinaturas dos diversos deputados, e apenas vou ler e passá-lo para a Presidência.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia-*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Mensagem nº 5.097/2017, que veta o Projeto de Lei 21.563/2015 e 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo.

Sala de Sessões, 19 de setembro de 2017”

O Sr. Targino Machado:- Excelência, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Eu gostaria de que V.Ex^a lesse o requerimento e nominasse os 23 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a, os 21 deputados.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia-*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Mensagem nº 5.097/2017, que veta o Projeto de Lei 21.563/2015 e 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo.

Sala de Sessões, 19 de setembro de 2017”.

Constam 21 assinaturas.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a pode nominar?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Posso, deputado Targino.

Adolfo Menezes; Alex Lima, Angelo Almeida; Bira Corôa; Bobô; Carlos Ubaldino; Euclides Fernandes; Fabíola Mansur; Fátima Nunes; Gika; Joseildo Ramos; Luiza Maia; Maria del Carmen; Mirela Macedo; Neusa Cadore; Roberto Carlos; Rosemberg Pinto; Zé Neto; Zé Raimundo; Zó.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu estou com a questão de ordem. Solicitei a V.Ex^a que lesse e nominasse. Eu quero saber se os deputados estão no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Sim, eles estão aqui.

(Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

Acabou de dar aqui. O requerimento está aprovado. Continua a sessão.

O Sr. Targino Machado:- Eu pedi vista.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não pode, Targino.

O Sr. Targino Machado:- Eu não pedi vista para levar para casa, não. Não é para levar para casa e pedir 48 horas, não. É para ler aqui. Eu tenho direito. Eu posso ler ou não posso?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Tudo bem.

O Sr. Targino Machado:- Continua a burla. Continua a burla. Está aqui, vou mostrar para a *TV Assembleia*.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Foi feito agora, deputado Targino Machado. Se nós estamos...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Targino Machado, se eu estou exigindo que o documento seja feito na hora da sessão, com a assinatura dos candidatos presentes, então considero o documento legítimo, e está aprovado o requerimento. (Palmas)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está deferido.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o deputado Zó pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, é sobre outro assunto, é rápido.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente,...

O Sr. Zé Neto:- Zó, só 1 minuto, 12 segundos. Pela ordem. É sobre outro assunto procedente.

O Sr. Zó:- Zé, estou no Grande Expediente. Esqueça isso aí, Zé. Vai polemizar ainda?

O Sr. Zé Neto:- É só para acrescentar uma coisa, 2 minutos, Zó.

Quero acrescentar que, a partir de hoje, aquele procedimento de ter que apresentar requerimento antes da sessão cai por água abaixo. Quero só registrar isso, hoje, dia 19 de setembro. Então, a partir de hoje, basta somente que 21 deputados, em qualquer momento, estejam presentes no plenário, para que, a qualquer momento da sessão, seja possível se fazer a solicitação de sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zó pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÓ:- Presidente, colegas deputadas, deputados, imprensa, funcionários, eu queria mandar um abraço muito especial aos funcionários da CHESF aqui presentes, os eletricitários que esperaram todo esse tempo, mas, felizmente, a gente vai conseguir... (Palmas)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência?

A Sr^a Fátima Nunes:- Respeite o deputado.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna. Quando o orador acabar, eu dou.

O Sr. Targino Machado:- A questão de ordem é a qualquer tempo da sessão, art. 225.

(As galerias se manifestam com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não pode vaiar e nem se manifestar.

O Sr. Targino Machado:- Vocês não sabem nem o que é que estão fazendo.

(As galerias se manifestam.)

Eu os desculpo, porque não sabem o que estão fazendo.

Excelência, o requerimento não tem nem data.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mas foi coletado agora, eu presenciei.

O Sr. Targino Machado:- Não tem nem data, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu dato aqui como presidente.

O Sr. Targino Machado:- É V.Ex^a que vai datar?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Posso datar. Eu disse da Presidência que eu dataria. Só recebo eu datando e coletando as assinaturas na minha presença. O requerimento tem validade.

O Sr. ZÓ:- Posso continuar, presidente?

Então, eu queria registrar, em nome de todos da CHESF, as presenças de Júlia, Cristina e Zé Luís, representando os trabalhadores, e mandar um grande abraço para Fabian e Gustavo.

Queria, neste momento, gente, tratar do assunto da privatização da Eletrobras. Eu já conversei com diversos colegas, deputadas e deputados, já estive em gabinete de alguns, nas comissões, e quero, primeiro, agradecer pela acolhida do tema. O tema que deputados do PMDB, do DEM, dos partidos de esquerda também, todos eles têm tomado posição contra a privatização do sistema Eletrobras, da CHESF e, conseqüentemente, do rio São Francisco.

A gente precisa debater isso aqui. Nós, como deputados estaduais, não legislamos sobre o assunto e não temos interferência direta, mas somos representantes da sociedade baiana, do estado mais abrangido pelo atendimento da Eletrobras, no Nordeste, e do Sistema CHESF.

Eu queria fazer esse registro porque o momento é delicado. A deputada Fabíola veio aqui e falou de um assunto que trata de coisas absurdas que estão acontecendo neste País. Mas eu queria *linkar* porque um governo ilegítimo, irresponsável e malfeitor como este que está aí também interfere em assuntos, como um juiz que dá um veredito para a cura da homossexualidade. Isso tem a ver, inclusive, com esse assunto, porque a barbárie começou a acontecer neste País a partir do momento em que o Congresso Nacional, em que o Senado Federal e setores do Judiciário admitiram um golpe de Estado como o que foi dado contra a presidente Dilma. Foi um golpe dado para defender interesses que agora, a gente verifica, são os interesses que estão sendo postos na privatização da Eletrobras e CHESF, porque nenhum argumento plausível vai me fazer acreditar que é necessário privatizar a CHESF.

Ontem abrimos noticiários, a internet. O que aconteceu? O governo está mais uma vez isentando os ruralistas do pagamento de dívidas do Funrural no valor de R\$ 17 milhões. É aquela história, Euclides Fernandes, o cara não tem dinheiro para botar feijão em casa, e vai tomar cachaça no bar! É o que esse governo está fazendo! Não tem dinheiro para pagar o Bolsa Família, para pagar a operação Carro-Pipa, aí quer entregar a CHESF porque diz que não tem dinheiro, e está isentando, mais uma vez, a Bancada ruralista para se manter vivo na Presidência da República diante de tantos absurdos.

Aí nós vamos somar, deputado Rosemberg Pinto, são R\$ 25 milhões para o Itaú, R\$ 17 milhões para os ruralistas, R\$ 104 bilhões para a agricultura, mas não para atender os agricultores familiares, e sim para atender os ruralistas novamente. É o Refis que dá a opção de quem não pagou os seus impostos em dia sonegar R\$ 200 milhões. Quando for fazer a soma, esse governo já estará dando a este País um prejuízo de meio trilhão de reais, R\$ 500 bilhões. Então, a defesa da CHESF é mais do que imprescindível, e os dados estão aqui nesse documento que passei para os deputados e deputadas desta Casa.

O documento está aqui com os dados, e eles comprovam que a CHESF, pela questão estratégica, que a Eletrobras, pela questão estratégica, principalmente pela questão social dos atendimentos, o que foi colocado aqui pelos deputados Pedro Tavares, pelo deputado Angelo, a questão dos projetos irrigados, a questão do abastecimento humano...

Como seria hoje, deputado Roberto Carlos? Como seria, deputado Joseildo Ramos? Como seria hoje, que temos pouca água? A CHESF iria segurar água por perímetro irrigado para sustentar as famílias que ali trabalham? Iria sustentar água nas represas para o abastecimento humano, para as sete funções sociais que tinha? Ou iria continuar rodando as turbinas para gerar energia? Claro que iria gerar energia! Claro que iria gerar energia porque estaria focado somente nos lucros!

Queria fazer o registro aqui, antes de passar a palavra para os deputados Roberto Carlos, Joseildo e Carlos Ubaldino, de que, junto com o deputado Fábio Souto, na semana passada, nós, da Comissão de Meio Ambiente, aprovamos... lá estavam os deputados Joseildo, Marcelino Galo, e nós aprovamos um requerimento para uma audiência pública. Há também uma informação da deputada Maria del Carmen de que o deputado Paulo Rangel também requereu na Comissão de Infraestrutura a aprovação de um requerimento. Nós podemos, deputada, fazer essa discussão conjunta com a participação, inclusive, dos outros deputados que, estou vendo, estão aqui se manifestando.

Então eu queria agradecer ao deputado Fábio Souto, aos deputados da Comissão de Meio Ambiente, como Joseildo e Marcelino, que lá estavam, ao deputado Tom Araujo, que aprovaram o requerimento que nos dará condição de levar essa pauta para discussão em Plenário.

Com o aparte o deputado Roberto Carlos; depois, o deputado Joseildo; por fim, deputado Carlos Ubaldino. Por favor.

O Sr. Roberto Carlos:- Meu querido deputado Zó, deputado do Vale do São Francisco especificamente, quero parabenizá-lo pelo grande tema que V.Ex^a trouxe hoje, nesta tarde, para a Assembleia Legislativa. Nós somos ribeirinhos, nós dependemos hoje do rio São Francisco e sabemos da importância que tem a CHESF-Nordeste para nós. A privatização da CHESF e da Eletrobras só vai trazer prejuízos à nossa Nação. Basta de tanto prejuízo trazido por esse governo federal à Nação brasileira. Mais do que nunca, ele insiste em privatizar a CHESF e a Eletrobras.

Imaginem que nós temos um ministro nordestino, de Petrolina, ministro que deveria conhecer mais do que nunca a importância que tem a CHESF para o Nordeste especificamente. Infelizmente, ele, por não ter, talvez, experiência, por ter nascido em berço de ouro, hoje defende a privatização da Eletrobras.

Nós temos que parabenizar os movimentos sociais que estão aqui na Assembleia Legislativa, que estão em todo o Brasil dizendo não à privatização da Eletrobras. Quero, inclusive, dizer, deputado Zó, que a própria CHESF é responsável também por tudo que está acontecendo no rio São Francisco. Os governos, os presidentes que passaram pela nossa Nação sempre usufruíram, tiraram proveito do rio São Francisco e nada fizeram a favor dele. Segundo eu vi na televisão, a hidrelétrica do Sobradinho hoje está funcionando com 6,3% da sua capacidade de armazenamento de água. Cadê a revitalização do rio São Francisco? Cadê o governo federal para melhorar o rio São Francisco? Infelizmente até hoje não se tem feito nada para revitalizar o rio São Francisco.

Quero finalizar, meu querido amigo, parabenizando-o, Zó, pelo tema. Não vamos permitir, não vamos deixar que se privatize a CHESF, que é um grande instrumento principalmente para a nossa Bahia.

Muito obrigado. (Palmas nas Galerias)

O Sr. ZÓ:- Com o aparte o deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Zó, eu gostaria de felicitar V.Ex^a pela iniciativa, pelo seu arrojo na defesa daquilo que é muito mais importante para todos nós brasileiros.

Essa questão da privatização da Eletrobras é, verdadeiramente, algo como a morte anunciada de um projeto de nação, morte esta que começou lá atrás, na “PEC do Fim do Mundo”, congelando as políticas públicas que, a partir de Lula e de Dilma, tiveram a amplitude de mitigar a fome do povo brasileiro. Essa é que é a grande questão! (Palmas nas Galerias)

Depois, o projeto da reforma trabalhista; depois, a terceirização. Há quase 40 dias, a Caixa Econômica Federal editou norma que lhe permitirá contratar todas as suas atividades fins, passando pelas atividades meios. É o fim do concurso público, da meritocracia, alcançando, desde já, o Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras. Entregaram o pré-sal e agora, pasmem vocês, querem privatizar algo que é simbólico, a Casa da Moeda deste País. Não é à toa que o “mordomo do filme de terror” só tem 85 vírgula não sei quantos por cento de desaprovação do povo brasileiro.

A Sr^a Fátima Nunes:- O percentual é de 93%.

O Sr. Joseildo Ramos:- Só 93%! É porque eu fui generoso com aquela praga! Na realidade, eu quero saber quem, dos 63 deputados aqui, defende esse crime de lesa-pátria.

Agora, é importante, eu sei que os sindicalistas que ali estão estavam nas ruas nesses piores momentos, mas eu quero saber onde estão aqueles que bateram as panelas areadas da classe média deste País pedindo o *impeachment* de uma presidente honesta. O resultado está aí!

Quanto é que vale aquilo que, numa conflagração, primeiro se defende ou primeiro se ataca, a depender dos lados? É a produção de energia que mede o tamanho da economia de qualquer nação. É isso o que este Parlamento, o Parlamento baiano, o Parlamento brasileiro, que está descasado do que é a média do nosso sentimento, dos brasileiros, vai fazer para barrar essa situação.

Parabéns! V.Ex^a nos orgulha muito com a matéria que traz no Grande Expediente.

O Sr. ZÓ:- Agradeço ao deputado Roberto Carlos, deputado Joseildo e passo o aparte para o deputado Carlos Ubaldino, depois para os deputados Bira, Eduardo e Maria. Eu vou fazer uma fala também, só peço que seja rápido para todos poderem falar.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Agradeço a V.Ex^a pela concessão desse aparte porque o Brasil já cansou de tanto prejuízo. Quando eu lembro da Vale do Rio Doce, dói no coração, uma grande empresa que valia, na época, mais de R\$ 50 bilhões, entregue agora por cerca de R\$ 3 bilhões.

No momento, em vez de o governo se lembrar de desobstruir as veias do São Francisco, como o rio Carinhonha, o rio Corrente, que são afluentes que jorram dentro da Bacia do São Francisco, está preocupado em privatizar a Eletrobras. Eu creio que o Brasil deve estar atento neste momento. Quero fazer minhas as palavras

do senador Otto Alencar, que ostenta esta bandeira para a revitalização do São Francisco, em vez do governo federal estar trazendo à tona a privatização da Eletrobras.

Gente, nós somos baianos e sabemos que o rio São Francisco é referência para o Brasil. Neste momento, a nossa palavra, a nossa língua deve ser uma só e não se tornar uma torre de babel contra aqueles que querem ver o prejuízo desta Nação e trazer uma catástrofe para o rio São Francisco, onde a gente já vê bancos de areia nos locais em que barcos não podem mais trafegar. Isso é porque as veias do rio São Francisco estão obstruídas.

Temos que lutar, revitalizar, plantar árvores e trazer o nosso querido São Francisco de volta para a nossa Bahia. Eu agradeço o aparte, Sr. Deputado Zó, que neste momento traz à tona um debate tão brilhante para que os Srs. Deputados possam se debruçar e fazer das palavras de um a de todos nós. Um abraço.

O Sr. ZÓ:- Agradeço a V.Ex^a, deputado Carlos Ubaldino.

Com o aparte o deputado Bira Côroa, vou pedir para ser um pouco rápido.

O Sr. Bira Corôa:- Vou ser muito breve, agradeço o aparte, deputado Zó, primeiro lhe parablenzo por trazer a esta Casa, hoje, um dia caloroso, um debate tão importante. Sei que é um debate do qual a Oposição vai fugir, porque a Oposição não vai ter coragem de subir nesse espaço reservado à fala para defender o governo que aí está – esse governo imposto pelo Temer e as mazelas que ele tem trazido para o povo brasileiro.

Não vou me alongar muito, só dizer que essa política que está sendo implementada por ele num espaço de tempo tão curto é mais nociva e prejudicial ao País do que os 20 anos de ditadura. E não estou defendendo a ditadura porque lutei contra ela e sou contra todo e qualquer regime autoritário.

Mas quero aqui afirmar, Sr. Deputado Zó, que a privatização da CHESF, assim como da Eletrobras e do Banco do Brasil, é, nada mais nada menos, do que entregar o patrimônio nacional ao capital internacional a preço muito abaixo do mercado, é submeter o povo brasileiro à condição de colônia. Olhe o que ele mesmo está fazendo, por decreto, com a Amazônia: um dos maiores patrimônios de reserva natural do mundo está sendo entregue por um decreto, rasgando, acima de tudo, a lei maior, a nossa Constituição.

Então o debate de hoje é, nada mais nada menos, pela afirmação da Eletrobras, pela afirmação da CHESF, mas, acima de tudo, pela defesa da soberania nacional e pela afirmação do patrimônio nacional. Por isso, quero lhe parabenizar pelo debate de hoje e agradecer a esses militantes conscientes do seu papel, como sociedade civil organizada ou não, na defesa dos interesses do povo brasileiro. Parabéns a vocês. (Palmas)

O Sr. Zó:- Deputada Maria del Carmen, agradecendo ao deputado Bira Corôa.

A Sr^a Maria del Carmen:- Nobre deputado Zó, eu queria parabenizar V.Ex^a pelo tema que traz a esta Casa, nesta tarde, para debate. Quero me associar a toda essa mobilização que a sociedade civil vem fazendo, são os trabalhadores que entendem a importância desse segmento para a soberania nacional. É uma destruição que vem

sendo feita no Brasil, propondo e colocando em risco a própria soberania. Afirmam que a própria energia será mais barata a partir dessa privatização, quando resolvem entregar por 20 bilhões um patrimônio como esse, responsável pelo desenvolvimento deste País.

Portanto parabéns, deputado Zó, conte conosco, com a nossa voz aqui nesta Casa todos os dias, em todos os movimentos que sejam feitos. Tenho certeza que essa mobilização tão rápida desse segmento não permitirá que a Eletrobras seja privatizada.

O Sr. Eduardo Salles:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÓ:- V.Ex^a tem o aparte, deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles:- Deputado Zó, primeiro, queria parabenizá-lo e rapidamente dizer aos nobres colegas deputados que tivemos uma oportunidade única. Na última sexta-feira e no sábado, estivemos, juntos com o governador Rui Costa, presentes na região dos deputados Zó e Roberto Carlos e fomos muito bem recebidos. Eles têm um compromisso diferenciado com aquela região, são filhos daquela terra e têm o amor da vida deles dedicados para lá.

Então, primeiro, queria parabenizá-lo porque acho que aquelas conquistas que aconteceram, quando o governador assinou a condição de licitar e iniciar a obra de diversas estradas, principalmente a BA-210, sem dúvida, marca uma história para aquela região.

Depois quero dizer, deputado, que parabenizo essa sua luta, porque V.Ex^a conhece bem. Estamos falando do sucateamento de uma empresa. Na CHESF não vem de agora, deputada Fabíola, esse sucateamento. A CHESF vem sendo sucateada ao longo dos anos. Quem conhece o perímetro irrigado de Pedra Branca, Rodelas e Glória, sabe o que estou falando. A CHESF tinha um compromisso. Pense bem, você morava na beira de um rio, de repente foi reassentado, tirado da sua casa e houve um compromisso de reassentamento num projeto de irrigação.

Pois bem, houve um contrato no qual a CHESF assumiu diversas coisas com aqueles reassentados e assumiu durante anos aquele compromisso. Resultado, de uma hora para outra, deputado Zó, V.Ex^a sabe bem que simplesmente se entregou à CHESF. Foi aí que chegou a Codevasf dizendo que a partir daquele dia, a CHESF cuidasse daquele projeto de irrigação para sempre.

O resultado foi que todos esses últimos 3 anos, não há como pagar a energia elétrica dos experimentos irrigados. Os experimentos irrigados estão sucateados, as adutoras são peneiras, as bombas sucateadas e, agora, simplesmente, não há mais dono. Não há mais o pai da criança. A CHESF entregou a Codevasf e a mesma disse que não há recursos para aquilo e que não funciona.

Pois bem, deputado Zó, é um absurdo enorme o que se está querendo fazer com a privatização da CHESF. Acho que é importante V.Ex^a marcar uma audiência pública, porque o tempo aqui é curto. V.Ex^a deve solicitar uma audiência pública aqui, deputado Zó, para que possamos discutir profundamente esse assunto aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O Sr. ZÓ:- V.Ex^a tem o aparte, deputada Fátima Nunes. Depois vou tentar terminar meu raciocínio, agradeço a Eduardo e a todos a participação.

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu vou ser breve, deputado, mas quero lhe parabenizar e dizer para todos os militantes da luta contra a privatização da CHESF que o meu pensamento se soma ao de muitos porque sabemos que privatizar a CHESF é mais um golpe na sociedade brasileira. Porque as águas do São Francisco são um patrimônio nosso, do povo; a CHESF é um patrimônio nosso. E o que estamos assistindo neste País, lamentavelmente, todos os dias é a retirada dos direitos, a retirada da soberania, a retirada do nosso patrimônio em benefício daqueles que vivem em outros países a vida inteira sucateando e enriquecendo às nossas custas.

Portanto, estamos juntos com a companheirada. Vão ser realizados atos no Brasil inteiro. Eu recebi já o convite de outro movimento que se soma a essa luta que é o movimento do MAB. E, portanto, companheirada fé em Deus, pé na tábua e muita luta para derrubar o Temer, porque com o Temer não há futuro. (Palmas)

Fora Temer! E vamos as eleições para construir esse País!

O Sr. ZÓ:- Agradeço a Deputada Fátima.

Com o aparte a deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Serei breve, breve.

Deputado Zó, primeiro quero parabeniza-lo por essa sua iniciativa. Também parabenizo os funcionários da CHESF pela presença nesta Casa.

Quero dizer que estamos vendo as dificuldades pelas quais o nosso País passa hoje e a única solução... E eu fiquei muito feliz com a presença de vocês aqui, porque nós precisamos ajudar a pressionar os nossos líderes, os deputados que estão lá em Brasília, para que, realmente, não passe esse absurdo que esse louco do presidente golpista Temer quer fazer com o nosso País. E a nossa reação e a nossa força será o povo nas ruas, os movimentos nas ruas.

Então, parabéns. Vocês vão ser pioneiros. Contem com o nosso apoio para o que der e vier. Nós não vamos deixar privatizar e nem vender o nosso Brasil. (Palmas) Porque Temer não tem moral, não foi eleito para fazer o que ele quer fazer hoje.

O Sr. ZÓ:- Agradecendo a deputada Luiza, quero fazer o registro que o ex-prefeito Isaque, de Juazeiro, está aqui e também já se posicionou, junto com o prefeito Paulo Bonfim, contra a privatização da CHESF e do Sistema Eletrobras. Então quero parabenizar Isaque, registrar a sua presença.

Vou listar qual o patrimônio da CHESF que o governo golpista quer entregar por 20 bilhões. (Lê) “47 Usinas hidrelétricas

- 114 térmicas
- 69 eólicas
- Com capacidade de 47 mil megawatt (MW)
- Uma das maiores geradoras de energia do planeta

- Controla a linha de transmissão
- 6 distribuidoras e a Eletronuclear (empresa que detêm as usinas nucleares do País).
- A Eletrobras vem sendo construída desde 1953, e exigiu investimentos calculados em aproximadamente 400 bilhões. Temer quer vender por 20 bilhões,
- As privatizações nunca serviram para reduzir a dívida pública, isso já foi comprovado no governo FHC.”

Outra coisa que tem que ser desconstruída é que os Estados Unidos pregam estado mínimo, os grandes países da Europa também, mas nos Estados Unidos quem controla a energia são empresas estatais. Então eles querem que a iniciativa privada controle aqui, mas, lá, quem controla o sistema energético, sistemas importantes, são os setores estatais. É aquela história, eles querem que os outros entreguem a eles, mas eles não entregam. Mande eles entregarem para nós os setores de petróleo, de energia lá, não entregam. Queria fazer esse registro.

E, por último, eu queria ler algumas coisas que estão no texto em defesa da CHESF para entendermos a importância dessa empresa que levou o desenvolvimento, que fez ações sociais naquela nossa região tão esquecida.

Antes de qualquer ação social naquela região, quem fazia era a CHESF. Eu sei porque sou do MAB, sou atingido por barragem, sou filho de Pilão Arcado, nasci e cresci, vivo e vou morrer nas margens do rio São Francisco porque lá é o meu lugar e é com a alma que estou falando aqui hoje. Então, Temer tem que sair, temos que segurar isso, pelo menos até esse cidadão sair da presidência.

Vou ler um texto muito curto aqui, Sr. Presidente, para encerrar. (Lê) “*A CHESF é um símbolo para o Nordeste. Pioneira no estudo e desenvolvimento de fontes alternativas de energia, domina a tecnologia de construção de usinas em rocha (como as hidrelétricas do complexo de Paulo Afonso), acumula um profundo conhecimento técnico sobre as particularidades da região Nordeste e sobre a gestão das águas do rio São Francisco.*” Então, uma empresa dessa, que tem esse domínio... Aqui neste documento vocês lerão por que a CHESF e a Eletrobras não podem ser entregues a preço de banana. Como disse, um governo que dá, há poucos dias, 17 bilhões de isenção aos pecuaristas que habitam o Congresso Nacional e que quer vender a Eletrobras por 20 bilhões... é aquele tipo de cidadão que se queixa porque não tem o dinheiro para comprar o feijão e todo dia está tomando cachaça no bar. É isso que é o governo Temer.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Representações Partidárias.
(As Galerias se manifestam.)

Concedo a palavra... Eu gostaria, por favor, que as Galerias pudessem se expressar batendo palmas, mas não gritando, pois vai ter um orador no Plenário.

Concedo a palavra ao deputado Rosenberg Pinto pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu querido presidente, visitantes, funcionários da CHESF, do sistema Eletrobras, que aqui se encontram, imprensa, primeiro, quero agradecer a generosidade do PSL em ceder o tempo. Venho aqui dizer que essa luta contra a privatização da Eletrobras, das suas empresas subsidiárias, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, é uma luta extremamente grandiosa por parte da sociedade brasileira e dos trabalhadores. Quero dizer aqui, deputado Joseildo Ramos, que na semana retrasada falei sobre a Petrobras aqui. Pasmem que o Pedro Parente, através do Conselho de Administração da Petrobras, acabou vendendo 66% da Petrobras na área do chamado pré-sal, na área do Carcará, por 2,5 bilhões, quando, hoje, a estimativa de retirada de petróleo naquela área é de 250 milhões de barris de petróleo.

Hoje, Roberto Moraes, um estudioso da Petrobras, disse hoje em seu *blog* que só com essa perda que a Petrobras e o Brasil tiveram paga duas vezes o prejuízo que a operação Lava Jato deu à sociedade brasileira, deputado Zé Raimundo. Com isso, eu não quero, e nós não podemos achar que não temos que combater a corrupção e quem esteve envolvido com os desvios na Petrobras não tenha que pagar. Temos que fazer as duas coisas, porque sob a ótica da tentativa de barrar a corrupção na Petrobras, esse governo que deu o golpe na presidenta Dilma acabou vendendo o patrimônio público com um prejuízo duas vezes maior do que se pode arrecadar com o processo da Operação Lava Jato.

Então, deputada Maria del Carmen, não estamos falando aqui do ponto de vista da empresa a, b ou c. O que está por detrás do golpe que aconteceu para tirar a presidente Dilma, não era para tirar o PT. Na realidade, o que estava por detrás daquilo ali era um imbricamento no sentido de fazer com que o Brasil volte a ser apenas um País servidor, latino-americano, dos Estados Unidos. O que está por detrás é que eles não podem ver as empresas brasileiras brilharem, inclusive fora do País; o que está por detrás de tudo isso é fazer com que as empresas multinacionais voltem a interferir na produção interna brasileira.

As empresas de engenharia, há 20 anos, eram empresas norte-americanas, holandesas, e nesses últimos anos, são empresas brasileiras cuidando do Brasil e disputando espaço no exterior. E eles não podem ver isso, porque são subservientes ao capital internacional.

É por isso que temos de combater, veementemente, a privatização das empresas estatais, essas empresas que garantem a soberania nacional. Quem não cuida da educação, da segurança, da energia, não pode governar um país. Precisamos, deputado Sandro Régis, aqui não é uma questão de partido político, aqui é uma questão de defesa do Estado brasileiro. Todos unidos aqui, independentemente de governo ou de oposição nesta Casa, não podemos permitir que o Estado da Bahia perca as suas empresas, a exemplo da CHESF e da Petrobras.

Agora, o setor de fertilizante será vendido pelo Pedro Parente, e a área de fertilizante tem um poder significativo para ser controlador de preço dos insumos da agricultura nacional. E aí, deputado Joseildo Ramos, na hora em que não tivermos condições de controlar o preço dos insumos da agricultura, será a nossa agricultura que irá subir de preço, diminuindo a possibilidade de homens e mulheres consumirem

melhor nas suas mesas. É sobre isso, deputado Heber Santana, que quero chamar a todos nós aqui para fazermos a defesa do Estado brasileiro. Fazer a defesa da CHESF é fundamental para garantir a energia na Bahia e no Brasil. Defender a Petrobras é uma defesa inteira nossa aqui para não perdermos não só os empregos, mas também o investimento do desenvolvimento do nosso Estado. É isso que precisamos entender.

Por isso, quero aqui, deputado Zó, dizer que V.Ex^a fez no Grande Expediente uma grande intervenção. Ainda hoje, pela manhã, por iniciativa do deputado Paulo Rangel, já está marcada uma audiência pública para o dia 5 de outubro para que possamos fazer aqui uma audiência em defesa da CHESF, porque nós não podemos permitir que as nossas empresas sejam dilapidadas dessa maneira.

Por isso, meu querido presidente, quero aqui conclamar a todos os deputados a se fazerem presentes nessa Audiência Pública...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) do dia 5, para que possamos defender o patrimônio do Brasil, defender os brasileiros, defender os empregos. Mas não só os empregos. Defender o desenvolvimento da Bahia e do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP, PSB, Podemos, para falar ou indicar o orador por 13 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falará pela metade do tempo o deputado Bira Corôa e na outra metade a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas.

Quero, antes de mais nada, parabenizar e me consolidar com os companheiros que ora demonstram, acima de tudo, a defesa da soberania nacional, do patrimônio do Brasil, em especial a CHESF e a Eletrobras. Quero dar um abraço muito forte nos companheiros e dizer que é a sociedade na rua que vai derrotar esse governo imposto do Temer e fazer valer o direito da democracia brasileira e o respeito ao patrimônio nacional. Parabéns a vocês. Essa luta é do povo brasileiro. (Palmas)

Vocês que hoje adentram a esta Casa, de preto, simbolizam o respeito e a valorização do patrimônio e da Bandeira nacionais, diferentemente daqueles oriundos e filhotes da burguesia, que foram às ruas vestidos e travestidos de verde e amarelo, defender a queda de uma presidenta eleita neste País em detrimento da retomada da elite burguesa na condução do País.

Os efeitos já estão aí. Eles mesmos não têm coragem de ir às ruas e enfrentar as mazelas que eles ajudaram a construir. E é por isso que o Plenário ficou vazio. Sinto falta do discurso caloroso da Oposição que defendia, acima de tudo, Sr. Presidente, a saída de Dilma, a condenação e criminalização de Lula e do PT. Mas não têm a

coragem de vir aqui defender que eles são a favor da privatização, da retirada de direitos dos trabalhadores, da exclusão de conquistas sociais atingidas pela sociedade brasileira, em especial, pelos mais necessitados.

É por isso, Sr. Presidente, que o dia de hoje é especial para esta Casa, porque a sociedade civil – representada por trabalhadores, centrais sindicais, sindicatos e pela sociedade civil organizada – vem aqui dizer que não aceita as manobras e as mazelas que estão sendo conduzidas pelo impostor Temer.

Mas Sr. Presidente, também aproveito, nesse pouco tempo que ainda nos resta, para aqui registrar um fato que não é dos mais interessantes e que eu não gostaria de estar registrando, que é exatamente a morte de mais um representante dos interesses sociais, líder quilombola no nosso Estado.

No dia de hoje, pela manhã, logo no início da manhã, Binho, do Quilombo de Palmares, para na porta de uma escola para deixar o seu filho e é vítima de uma agressão violenta: foi morto por uma série de tiros. E o que eu estou dizendo aqui hoje é para chamar atenção de que a violência contra a sociedade civil organizada, em especial os povos e comunidades tradicionais, tem crescido nesse governo Temer, sustentado pelas ações tomadas por esse governo.

Basta dizer que líderes indígenas estão sendo vítimas de violência, de agressão e de morte; que líderes quilombolas, que trabalhadores assentados, homens e mulheres do campo estão sendo vitimados por esse processo. E não para por aí. Nós temos uma série de sindicalistas que já entram na linha de estar na fila dos ameaçados. E isso é fruto de um processo perverso daqueles que não respeitam e nem aprovam a democracia.

Binho, apesar da sua juventude, vinha fazendo a condução de lutas estratégicas e importantes no município de Simões Filho e na região, entre elas a afirmação e a defesa ambiental na sustentação do Quilombo de Palmares. Vinha conduzindo uma frente de regulamentação das terras quilombolas daquela comunidade. Foi candidato a vereador no pleito passado, muito bem votado na sua base, representante nato dos interesses daquela comunidade.

Mais recentemente, fazia parte de um movimento em defesa das comunidades tradicionais daquela região, se posicionando contra um empreendimento que está prestes a ser instalado nas suas proximidades. Não estou com isso querendo responsabilizar quem quer que seja, mas chamar atenção da Justiça desse nosso Estado, que a polícia tem que fazer um trabalho mais criterioso. Estamos acompanhando, pela Comissão de Promoção da Igualdade, para que esse não seja mais um caso no anonimato ou no esquecimento. E que a morte de Binho não seja mais um líder comunitário, líder quilombola, líder de comunidade e povos tradicionais na lista dos que já foram. Que o seu tempo de vida e que a sua morte sirvam de referência para a nossa luta e para a defesa dos interesses do povo baiano e do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de pontuar, no dia de hoje, a minha indignação, a minha insatisfação e externar o meu compromisso para acompanhar a comunidade...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) e me solidarizar com a família e com os amigos na sua partida, mas na certeza de que a luta continua. Binho vive, a luta continua e o Quilombo de Palmares vai continuar enfrentando os impostores, enfrentando aqueles que não aceitam o desenvolvimento e o crescimento dos menos favorecidos economicamente. Viva o Quilombo de Palmares! Viva Pitanga de Palmares! Viva Binho e toda a sua luta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 3 minutos (risos). Pelo tempo de 7 minutos a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias Paulo Jackson – que nos deixam muito satisfeitos quando essa Galeria tem gente, porque esta Casa aqui, realmente, é uma tristeza, como já relatou aqui um deputado, que a gente fica falando, às vezes, para as nossas cadeiras.

Acho que essa tarde tumultuada, essa postura de parte da Oposição de criar essa confusão regimental...

Tinha pedido... Sr. Presidente, é uma bobagem, mas tínhamos pedido que colocasse “oradora”. Isso é uma questão do machismo também. Sabemos que nossa língua é machista, mas tínhamos pedido que na hora que fosse uma deputada falar...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está “Luiza Maia”.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não, está orador, eu sou oradora. Então eu queria que corrigisse...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, painel. “Oradora”, atendendo ao pedido da deputada Luiza Maia, com toda razão.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Nós pedimos no dia da inauguração do painel. É uma bobagem, mas fiz esse parêntese para corrigir.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não. V.Ex^a tem razão!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Porque o hábito de que a política era só espaço dos homens, nem essa questão se resolve conosco.

Então, deputado, essa tarde tumultuada por parte da Oposição para evitar o debate, para evitar se falar das coisas erradas que os golpistas têm feito neste País... o deputado Luciano Ribeiro disse que só sei falar do golpismo. Mas não é não, deputado. O que esses golpistas têm trazido de problemas para o nosso Brasil, precisamos deixar nossas diferenças ideológicas de lado e tratar de refletir sobre isso aqui nesta Casa, inclusive, *linkado* com o nosso Congresso Nacional, que está lá entupido de milionários, de machistas, de homofóbicos, de racistas, porque o Temer não tem o direito de fazer o que está fazendo. Ninguém elegeu esse homem, ele dá um golpe e agora quer vender o Brasil?!? E a gente vai ficar aqui aceitando? (Palmas) Parabéns pela reação de vocês. Vamos para as ruas, porque só as ruas, só o povo tomando consciência da sua força, da sua capacidade de mobilização, do seu poder de

pressão, vamos barrar as loucuras e os horrores que o temeroso está fazendo no nosso Brasil.

Temer não pode vender o Brasil. Imagine, até a Casa da Moeda o homem está vendendo. Quem deu esse poder a ele? Quem deu esse direito a ele? Quem o autorizou a fazer o que ele quer fazer? Então temos que reagir. E reagir porque na época em que as *Globos* e as *Bands* da vida faziam campanhas para bater panela, para ir para rua, vestir camisa amarela, para que derrubasse uma presidente eleita que não tem nada que suje a sua história e a sua vida... inclusive, no período em que ficou na presidência do Brasil era diferente porque a *Globo* botava seus repórteres em todo o canto chamando, mobilizando. E o povo foi na onda e quebrou a cara. Está pensando que conseguiria ser elite? A classe média achava que podia ser elite? A elite não gosta de pobre, não gosta de classe média. Eles gostam é da riqueza do nosso Brasil, querem vender, entregar as riquezas do nosso Brasil, porque eles têm parte nessa maracutaia. E aí não dá, gente, não dá.

Sou uma otimista. Acho que não podemos baixar a guarda, não podemos nos desiludir, mas tem horas que pensamos que não vai ter jeito esse Brasil. Mas, também, eu acredito que tem, porque o exemplo que vocês deram hoje aqui, se formos para as ruas impedimos que o louco... porque aquele homem não pode ter a cabeça no lugar. Um homem que tem a rejeição de 96% da população brasileira não pode se achar no direito de fazer o que ele está fazendo. Ele não tem esse direito, ele não tem esse poder.

Se eu fosse falar aqui dos horrores do golpista Temer passaria a tarde toda... só acho que precisamos organizar as mulheres, organizar jovens, organizar o povo, de um modo geral, os trabalhadores, como os sindicatos estão fazendo, o Sinergia, a federação, a CUT, para podermos reagir e realmente parar.

Precisamos ocupar Brasília e impedir que o Congresso aprove os absurdos que ele tem encaminhado para aquele Congresso, que está, lá, ganhando dinheiro para fazer as suas negociatas.

Agora, com essa segunda denúncia do Temer, deputados vão ganhar mais dinheiro. O boato que tem no País é que foram R\$ 6 milhões para cada deputado votar naquele absurdo que foi tirar sua responsabilidade de ser investigado, não deixar que o golpista fosse investigado, o que devia ser feito. Está comprovado, tem áudio, tem tudo, tem mala de dinheiro entrando no Palácio, as malas de dinheiro nos apartamentos dos deputados já citados pela imprensa, no apartamento do Geddel. Mas agora estão todos caladinhos, e parte da grande imprensa não diz nada.

Por outro lado, além de me solidarizar, faço minhas as palavras do deputado Bira Corôa. Essa questão da morte do Binho, do Pitanga dos Palmares, é um negócio emblemático, pois é próximo a essa confusão desse aterro sanitário da Naturalle, que ninguém aceita, sabe que será um prejuízo para a sociedade, que será um prejuízo para nosso lençol freático. Mas, no entanto, está aí um bocado de confusão, gente que não deveria estar fazendo determinadas colocações em relação a instalar ou não instalar aquele aterro em Simões Filho. E o povo de Simões Filho não está aceitando, a comunidade daquele vale também está reagindo.

Quero, Bira Corôa, fazer minhas as suas palavras, porque não terei tempo de dizer tudo que quero dizer sobre a morte de Binho, filho de D. Bernadete, nossa querida amiga do Pitanga dos Palmares.

Por outro lado, algumas coisas nos deixam alegres. Hoje, a *Rede Bahia* foi fazer uma matéria ao vivo no metrô. E foi engraçado, porque ela foi entrevistar alguém que elogiou o governador. Ela ficou nervosa e desistiu de deixar a menina falar. É uma demonstração de que esse desespero que aqui sentimos, de vez em quando, da Oposição, xingando, atacando o nosso governador, pontuando uma questão: “Ah, porque aquela estrada ainda não foi construída, não foi tapada”.... Vai ser. Todo dia eu digo aqui ao deputado Hildécio Meireles: “Onde não foi feito ainda, vai se fazer, porque o nosso governador é correria e está realizando”. A prova são os resultados das pesquisas de opinião, pois ele é aplaudido em cada canto que chega.

Agora, com essa enrolada toda em que o Geddel botou a Oposição, a situação está muito complicada, tem de fazer confusão, não tem de deixar o debate acontecer.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Quero fazer minhas as palavras da deputada Fabíola Mansur e também repudiar esse maluco desse juiz de Brasília que agora resolveu tratar os homossexuais como doentes. Isso é realmente um retrocesso, é querer voltar à Idade Média.

A comunidade, o segmento LGBT precisa reagir também, porque ninguém tem direito de se meter na vida pessoal...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ainda tenho 3 segundos. Que agonia é essa, presidente? V.Ex^a deixa todos os homens falarem aqui o tempo que querem, e toda vez que eu subo a esta tribuna é essa confusão.

Eu ainda tinha mais três assuntos para tratar, mas trataremos amanhã.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Hildécio Meireles; pelo tempo de 5 minutos, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras aqui presentes, quero iniciar meu pronunciamento, presidente, dizendo à nobre deputada Luiza Maia que sou membro do PMDB da Bahia e tenho coragem de vir a esta tribuna para dizer a V.Ex^a que nada tenho a ver com as malas de dinheiro que a senhora aqui falou. E acho que quem tem a ver tem de prestar satisfação à Justiça. Todos que têm problemas de ordem imoral na política deste País,

seja do PMDB, do PT, do PSB, do PSDB, têm de prestar contas à Justiça. Seja ex-presidente, seja a ex-presidente, seja quem for.

Mas, meu nobre deputado Heber Santana, hoje pela manhã, na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, nós apreciamos e votamos, no âmbito dessa comissão, as contas do governo Rui Costa relativas ao exercício de 2015. Como eu pedi vista do parecer do nobre deputado Zé Raimundo, hoje eu trouxe meu voto em separado com algumas observações que, na minha avaliação, levam à desaprovação dessas contas do governo relativas ao exercício de 2015.

Esse nosso voto em separado se fundamentou exatamente no que eu poderia chamar de uma ressonância magnética no parecer dos conselheiros e nos levantamentos feitos pelos auditores daquela Corte. Creio que o deputado Zé Raimundo, num esforço muito grande, deu-se por satisfeito apenas com um raio x. Eu me aprofundei e fui em busca de uma ressonância para poder entender, de fato, o que consta nos relatórios e no parecer do Tribunal de Contas do Estado.

Nós começamos, meu caro deputado Luciano Ribeiro, apreciando a execução, a observação do PPA, Plano Plurianual de aplicação do governo do Estado, uma peça de ficção que não tem o devido acompanhamento e que, muitas vezes, o próprio governo desobedece. Aliás, é praxe deste governo desobedecer à lei. Portanto, o nosso Plano Plurianual de aplicação, que é uma ferramenta de planejamento do governo, no final das contas não serve nem para o governo acompanhar as suas metas, seus objetivos e as finalidades daquelas que deveriam ser as políticas públicas de um governo estadual.

Observamos ainda que, no bojo das contas do governo, tem sido um procedimento repetitivo, meu caro deputado Joseildo, o uso das Despesas de Exercícios Anteriores. Isso é um procedimento, uma técnica, eu diria, que é uma regra de exceção. O uso das Despesas de Exercícios Anteriores não pode ser corriqueiro como é o dos Restos a Pagar. Aliás, a cada exercício você deixa na rubrica Restos a Pagar exatamente o valor correspondente em contas para que não afetem o Orçamento do ano seguinte, como afetam as Despesas de Exercícios Anteriores. E o governo fez uso desse expediente não apenas pela... Na verdade, o governo extinguiu o seu Orçamento, usou todo o seu Orçamento a mais do que estava previsto em lei. Por isso, teve de empurrar, teve de embarrigar despesas daquele exercício anterior para o exercício seguinte. Ainda mais em determinadas situações, como, por exemplo, na Despesa de Pessoal.

As despesas com pessoal são plenamente previsíveis e você não tem por que empurrar para a frente como Despesas de Exercícios Anteriores. E o governo fez isso exatamente para não ultrapassar o índice prudencial de gasto com o pessoal. O governo usou esse expediente ilegal, um expediente que não é corriqueiro, que é uma regra de exceção...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Da mesma forma, meu caro presidente, quero observar – e no momento oportuno vou propor essa discussão neste Plenário e nas comissões devidas – a política de subsídios deste governo.

O Sistema Metroviário, que é um sistema extremamente necessário para a população da nossa capital e de Lauro de Freitas, não pode servir de fundamento para o governo da Bahia subsidiar, com algo em torno de R\$ 180 milhões por ano, a empresa concessionária desse serviço. É como se ela comesse o mês já faturando R\$ 15,7 milhões do seu movimento. Mesmo que não transporte ninguém, ela já tem assegurado quase R\$ 16 milhões de faturamento.

Esse é um assunto que ainda vamos nos aprofundar no momento oportuno.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre coronel do sertão e líder de Caculé e adjacências, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, vejo desfilar aqui nesta tribuna um discurso que, a princípio e *a priori*, não deveria ser a discussão desta Casa. Deveríamos estar aqui discutindo os assuntos afeitos à Bahia, os assuntos afeitos a esta Casa. E quero aqui trazer um fato que acho de extrema importância para a Bahia e, sobretudo, para Salvador, que é a questão do Centro de Convenções, que está completando 1 ano de seu desabamento.

Um centro de convenções numa cidade qualquer é de uma importância extraordinária. Em se tratando de Salvador, uma cidade essencialmente turística, mais ainda. Devemos observar que o Centro de Convenções não está parado somente há 1 ano; ele está parado desde 2013. Calcula-se que o prejuízo anual provocado pela falta desse equipamento em nosso Estado, em nossa cidade, gire em torno de R\$ 200 milhões por ano. Esse é o prejuízo causado à cidade de Salvador e também ao Estado da Bahia.

A gente ouve falar que o governador pretende construir um novo centro de convenções em outro espaço, o que é contestado pelas pessoas que investiram naquele local, pelo *trade* turístico, que defendem que o Centro de Convenções seja recuperado. Já tem R\$ 100 milhões do governo federal alocados para isso, fruto da emenda da Bancada baiana no Congresso Nacional, mas o governo do PT prefere que o Centro de Convenções seja transferido para o Parque de Exposições. Há diversas contestações a essa escolha.

Primeiro, a reforma do Centro Convenções, óbvio, é mais prática do que a construção de um novo. Segundo, houve todo um investimento no seu entorno – até porque ele foi projetado para ali permanecer, sem nunca se imaginar que dali sairia –, hotéis e restaurantes ali foram construídos. E mudar, de repente, para outro lugar o que estava e está ruim no turismo da Bahia, obviamente, vai piorar a situação.

Sabe-se que um congresso de grandes proporções, como os que ocorrem em grandes centros de convenções, não é programado de um dia para o outro. Se esse novo centro de convenções for realmente construído, demorará no mínimo 3 anos. Para se programar um congresso são mais 3 anos. Então só teríamos aqui na Bahia alguma coisa relacionada a esse centro de convenções, um grande congresso nacional ou internacional, no mínimo, daqui a 6 ou 7 anos. Se nós pegarmos os R\$ 200

milhões/ano que a Bahia está perdendo pela falta desse equipamento, ultrapassaríamos a marca de mais de R\$ 1,5 bilhão de prejuízo à economia baiana.

O governador deveria refletir. O governador deveria trazer essa discussão para esta Casa. Mas hoje eu ouvi a entrevista do secretário; já está tudo certo e resolvido, sem passar por aqui. Vão trazer um pacote pronto, vão usar esse equipamento, que é do Estado, sem ouvir o Legislativo, sem ouvir a sociedade, sem ter discussões públicas. Uma situação imposta de cima para baixo! E os que vão tomar prejuízo que tomem, porque não é problema do governador.

Por isso, quero conclamar esta Casa a discutir essa matéria. E assim possamos fazer com que ou o governador mude essa atitude e faça o que é correto, mais sensato, ou então que ele convença esta Casa e todos os demais interessados de que ele está fazendo o melhor para a Bahia. O que nós não podemos é ficar aqui tratando de situações que são alheias a este Parlamento, deixando de tratar das questões cruciais da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, dividirão o tempo a deputada Fabíola Mansur e a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Qual o tempo, Líder?

O Sr. Joseildo Ramos:- Seis minutos para a deputada Fátima, e 5 minutos para a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Seis minutos a deputada Fátima, e 5 minutos a deputada Fabíola.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é claro que nesta tarde de hoje todos nós nos estamos somando à luta em defesa da CHESF, contra a privatização. É claro que privatizar a CHESF é querer privatizar a água, é querer privatizar as condições de desenvolvimento do nosso País e tirar, como já fez com a Petrobras, como é a intenção com a Amazônia, dos brasileiros e das brasileiras a sua soberania nacional.

Portanto, nós, que moramos neste País, que lutamos e acreditamos em nossa pátria amada Brasil queremos que ela seja gentil não apenas com os ricos, que já levaram muito, mas também com aqueles e aquelas que ao longo dos anos viveram sem oportunidades.

Portanto, essa é a minha palavra de ordem neste dia de hoje, somar-me à luta de tantos e de tantas que querem um Brasil justo, decente, soberano, independente e de oportunidades para aqueles que ao longo da história sempre ficaram do outro lado.

Quero também repudiar a violência que sempre vem atacando, matando, ceifando as vidas daqueles e daquelas que lutam para ter a dignidade respeitada, para ter a cidadania, para ter a terra, para ter a água, para ter as condições de viver e viver com felicidade. E hoje mais um dos companheiros de caminhada, de luta, Binho, tomba por causa dessa violência. Portanto, a minha solidariedade à família e também a nossa indignação e a nossa continuidade na luta.

Quero também fazer um registro neste dia de hoje, acontecem, muitas vezes, situações neste País que são verdadeiras contradições. Enquanto aqueles que estão lá, golpistas, que tiraram o mandato de uma mulher honesta e trabalhadora, que levava o Brasil com todos os projetos de melhoria das condições de vida, que levava adiante os programas sociais criados pelo nosso presidente Lula, o maior presidente que este País já teve, enquanto existe essa perversidade, perseguição, ganância, entreguismo – são vários os adjetivos que podemos colocar para esse governo neste momento –, encontramos pelo interior da Bahia homens e mulheres que estão governando os municípios e que são uns verdadeiros heróis para transformar os poucos recursos públicos do Estado em programas sociais, em obras e serviços para entregar à população.

E queria fazer, neste momento, o registro importante, e dar os meus parabéns, do aniversário do Município de Ribeira do Pombal. Pelo que assisti ontem, foi um ato muito bonito, realizado pelo prefeito Ricardo Maia e toda a sua equipe de governo das várias secretarias, principalmente as da Educação, Assistência Social e Cultura. Parabenizei, naquele momento, também, a nossa parceria, do Partido dos Trabalhadores com o PSD, que faz com que 11 vereadores estejam aprovando o orçamento, as leis, os programas sociais que permitem ao prefeito trabalhar e administrar com o olhar cuidadoso para as pessoas.

Vimos lá a entrega de equipamentos esportivos; de equipamentos para a música, deputado Joseildo Ramos; o cuidado com os idosos, com a inauguração da Casa Lar; o cuidado com aquelas crianças que ficaram sem o pai ou sem a mãe e que estão na casa abrigo; e pudemos perceber que aquele prefeito é um homem, como ele mesmo diz, que na condição de estudo é um tratorista, mas que é um doutor quando se trata de cuidar das pessoas.

Portanto, queria deixar esse registro de parabéns e a minha Moção de Aplausos ao povo pombalense por ter escolhido um homem que tem coração político, mente política e uma gestão voltada para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra...

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Eu ainda tenho 24 segundos. A oradora é Fátima Nunes, deputada do sertão e do litoral. Não vamos ter pressa, porque a pressa é inimiga da chegada. E nós, aqui, queremos chegar bem, chegar com vitória e com muitas perspectivas positivas para o nosso povo.

E quero registrar, e dizer da nossa alegria, a presença do nosso governador na cidade de Jeremoabo, que foi um sucesso total pela assinatura das ordens de serviço

para calçamento, abastecimento de água e entrega de equipamentos para a agricultura familiar. E tudo isso só nos enriquece, no sertão, no litoral, e garante para nós a certeza de muitas vitórias.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Zé Neto. Questão de ordem, deputado?

O Sr. Zé Neto:- Não, Sr. Presidente. Na verdade, eu vou pedir para derrubar a sessão, mas o deputado Heber disse que iria falar. Então, vou aguardar ele falar para pedir depois.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mas está faltando a fala da deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos. E ela não está no Plenário.

O Sr. Zé Neto:- Então, Joseildo, coloque Heber. Ele fala e facilita.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, eu quero dividir essa minha fala em três momentos.

Primeiro, quero lembrar que hoje, dia 19 de setembro, completaria 92 anos de vida o saudoso pastor Rodrigo Silva Santana. O pastor presidiu a Assembleia de Deus em todo o Estado da Bahia durante 25 anos, até a sua morte em 30 de junho de 1985, e deixou um legado. Deputado Gika, ele procurou cumprir aquilo que era determinação do verdadeiro Evangelho, que é “Amar a Deus acima de todas as coisas” e “Amar ao próximo como a si mesmo”. Durante toda a sua trajetória de vida enquanto pastor, nas cidades em que passou como presidente da Assembleia de Deus de todo o Estado, sempre foi muito preocupado, muito atencioso com o ser humano. Sempre estendeu a mão àqueles que mais necessitavam. Muitas vezes, sem nem as pessoas saberem, sem nenhuma divulgação, e, em alguns casos, só tomamos conhecimento, deputado Pastor Sargento Isidório, das benfeitorias realizadas pelo pastor Rodrigo anos depois, quando as famílias diziam que foram por ele ajudadas na educação, na alimentação, na moradia. E, de uma forma ainda mais emblemática, nós temos o Orfanato da Assembleia de Deus que funciona na cidade de Feira de Santana e que foi por ele também idealizado, um homem visionário. Já naquela oportunidade ele saía do País para buscar recursos e montar esse centro de apoio às crianças e adolescentes do nosso Estado.

Portanto fica aqui o registro do legado que deixou o saudoso pastor Rodrigo Silva Santana, a quem tenho o privilégio de chamar de avô. Eu não pude conviver muito tempo com ele, já que aos meus dois anos de vida ele faleceu, mas ele deixou, sem dúvida, para mim e para toda a família, para a Assembleia de Deus, para o segmento evangélico, para a Bahia, para o Brasil, já que ele fez parte também da

direção nacional da Assembleia de Deus, aquilo de mais importante que poderia deixar, que foi o seu exemplo de vida, que, sem dúvida, deve inspirar a todos nós.

Mas eu quero também registrar, Sr. Presidente...

Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente, apenas para informar a V.Ex^a que o tempo era um pouco maior do que isso, eram 11 minutos. Mesmo que eu não o use todo, mas, pelo menos, para eu falar a segunda parte ...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a deseja mais quanto tempo?

O Sr. HEBER SANTANA:- Mais três minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Mais três minutos para o deputado Heber.

O Sr. HEBER SANTANA:- Dentro do bom entendimento do acordo feito aqui.

Sr. Presidente, nós vivemos uma grande crise no País. Uma crise moral, ética, política, econômica, em todos os setores sentimos os efeitos dessa crise. Muitas vezes ficamos, deputado Hildécio, nos perguntando qual a motivação dela. E essa crise é muito mais profunda do que a confusão política que vive o nosso País. Ela é tão profunda que nós precisamos de um mês, que é o mês de setembro, que é dedicado – chamado de Setembro Amarelo – a procurar as pessoas, a estar mais próximas a essas pessoas para convencê-las a não cometer o suicídio.

Isso mostra que a sociedade no tempo em que busca sua evolução, seu desenvolvimento, ela tem perdido as boas referências que a conduzem de uma maneira saudável: o ter tem sido mais importante do que o ser.

Então, ficamos a nos perguntar por que os pais não respeitam mais os seus filhos; por que os jovens não se levantam mais para dar lugar aos idosos nos ônibus; por que os alunos agredem as professoras, os professores, nós ficamos nos perguntando por que tudo isso acontece e, ao mesmo tempo, nós percebemos que do outro lado têm aqueles que acreditam na teoria do *Big Bang*, e trazem isso para um contexto social. Imaginam que de uma explosão algo bom possa surgir, de uma explosão possa surgir vida, e assim tumultuam a sociedade apresentando ideias, conceitos, afrontando princípios que têm sustentado a sociedade, e faço questão de registrar, independente de credo religioso, apesar de que a religião faz parte daquilo que nós somos, daquilo que nós acreditamos, daquilo que nós defendemos.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, na semana passada, houve muita reflexão sobre a exposição do banco Santander, bancada com dinheiro público. Exposição que é claramente uma afronta à sociedade brasileira, ela atenta contra qualquer moralidade, o mínimo da moralidade foi afrontada nessa exposição. Mas ela não está sozinha, porque ao lado dela, na própria semana passada, e hoje eu estava vendo também, já começam a botar as manguinhas de fora aqueles que querem a defesa do Brasil em favor dos pedófilos, que a sociedade deve – deputado Hildécio – enxergar os pedófilos de uma maneira diferente, que ao invés de aprisioná-los nós devemos tratá-los, nós devemos ter uma atenção especial com aqueles que também vão contra aquilo de mais puro que podemos ter nas nossas vidas, que são as nossas crianças.

E ao lado disso, de uma forma muito sutil, muito sorrateira, defesas são apresentadas de uma maneira a distorcer a opinião pública, como é o caso da própria ideologia de gênero. Porque quando se vai falar de ideologia de gênero ninguém diz que vai ensinar às crianças o ato da masturbação, ninguém diz que vai ensinar às crianças que elas devem tocar umas nas outras, ninguém diz isso, vêm com um discurso bonito falando sobre moralidade, falando a respeito da diversidade, mas na verdade atentam contra essas crianças.

Por isso eu não me nego a dizer, Sr. Presidente, que quem defende ideologia de gênero, no fundo, está defendendo a pedofilia, está atacando as crianças do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, a reflexão que nós temos que fazer é muito maior do que isso. Nós precisamos, sim, confrontar. Observem o que aconteceu agora: a decisão de um juiz deu liberdade para que as pessoas que optaram, em determinado momento de sua vida, por um relacionamento homossexual... Mas quando optam por não ter mais esse relacionamento e querem o acompanhamento de um psicólogo, elas não podem ter. Que democracia é essa? Que direito é esse?

Você pode falar só o que as pessoas querem que você diga? É importante, Sr. Presidente, sob pena de que... Eu tinha 11 minutos! Estou falando em tempo menor que 11 minutos, deputado Bira. É importante, sob o risco de que nosso País continue se afundando na quebra desses princípios morais que têm causado todos os problemas que vivemos no dia de hoje, que façamos uma reflexão. É importante que passemos a defender não o aspecto religioso, mas a moralidade, os bons costumes e o respeito – princípios e valores que farão com que a sociedade chegue até aqui se nós queremos ir mais adiante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Pastor Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, sobre o muito importante assunto do deputado Heber, eu já falei o artigo, já falei, inclusive, agora, para a imprensa. Se tolherem o psicólogo de atender o gay, daqui a pouco o advogado não vai poder defender bandido...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, isso não é questão de ordem. Isso não é questão de ordem!

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- (...) Ele falou que o pedófilo tem que ser tratado. Pedófilo tem que ser castrado, deputado Heber.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, isso não é questão de ordem!

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Pedófilo tem que ser castrado!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não havendo quórum legal, a sessão está encerrada.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A sessão, sendo calçada, abre-se uma nova sessão após um minuto.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.